

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

ROSANY JOICY MELO

**ARTIGOS E EDITORIAIS EDUCACIONAIS EM CIRCULAÇÃO NO PARANÁ DE
1980: UM ESTUDO SOBRE O *JORNAL DA EDUCAÇÃO***

MARINGÁ

2013

ROSANY JOICY MELO

**ARTIGOS E EDITORIAIS EDUCACIONAIS EM CIRCULAÇÃO NO PARANÁ DE
1980: UM ESTUDO SOBRE O *JORNAL DA EDUCAÇÃO***

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como requisito
parcial obtenção do grau de licenciado em
pedagogia.

Orientação: Prof. Dra. Elaine Rodrigues.

MARINGÁ

2013

ROSANY JOICY MELO

**ARTIGOS E EDITORIAIS EDUCACIONAIS EM CIRCULAÇÃO NO PARANÁ DE
1980: UM ESTUDO SOBRE O *JORNAL DA EDUCAÇÃO***

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elaine Rodrigues

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa

Prof. Me. Gilmar Montagnoli

MARINGÁ, 25 NOVEMBRO
2013

Dedico à minha Mãe, Zilda Melo.
Pelo Amor, Carinho e Compreensão que recebo todos os anos de minha existência. Amor sem o qual, não suportaria viver!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus primeiramente, pela Vida! À Ele toda Honra e toda Glória!

Aos meus Pais, Valdenil e Zilda Melo, agradeço e reconheço todo amor, afeto, carinho e cuidado que têm comigo, mesmo não sendo uma filha exemplar. Vocês são a Luz que ilumina minha Vida!

Aos meus dois irmãos mais velhos, Robby Melo e Roger Melo, obrigada pelo excesso de cuidado sobre a minha pessoa!...

Às amigas que fiz durante minha graduação, não poderei nunca esquecer-las... Maysa Buzzo, Mariana Alves, Mariana Costa, Maria Elisa, Letícia Carrilho, Ely Watanabe, Gisele Berto, Gisele Giroto, Juliana Ozaí, Zél Moraes. Amigas que quero continuar a compartilhar todos os momentos de minha vida! O que seria eu sem vocês?? Amo todas!

À querida e amiga que também conheci durante a graduação, que muito contribuiu para minha formação, seus conselhos, dicas, puxões de orelhas, caronas, tudo valeu! Salve Chefinha - Heliana Silva!

À minha querida orientadora de PIBIC e TCC, que esteve comigo por mais de um ano com muitas orientações, agradeço por todos os momentos durante a realização deste trabalho, que não teria resultado sem o apoio que recebi nestes meses. A você Elaine Rodrigues, todo meu respeito e admiração! Obrigada por TUDO!

Aos amigos e colegas que conheci no decorrer desses quatro anos, e que de alguma maneira contribuíram para minha formação, direta ou indiretamente. Deixo aqui, meus singelos agradecimentos! Gilmar Montagnoli, Alisson Fernando, Tiago Pelegrini...

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá (UEM), pela oportunidade de desenvolver dois projetos de Iniciação Científica. Projetos estes, que muito me auxiliaram na minha trajetória acadêmica e ampliação dos estudos.

AS REPRESENTAÇÕES DO MUNDO SOCIAL ASSIM CONSTRUÍDAS, EMBORA ASPIREM À UNIVERSALIDADE DE UM DIAGNÓSTICO FUNDADO NA RAZÃO, SÃO SEMPRE DETERMINADAS PELOS INTERESSES DE GRUPO QUE AS FORJAM. DAÍ, PARA CADA CASO, O NECESSÁRIO RELACIONAMENTO DOS DISCURSOS PROFERIDOS COM A POSIÇÃO DE QUEM OS UTILIZA (CHARTIER, 2002, P. 17).

MELO, R. J. **Artigos e Editoriais em Circulação no Paraná de 1980: um estudo sobre o Jornal da Educação**. 2013. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

RESUMO

Este trabalho identifica 47 artigos e 17 editoriais publicados no *Jornal da Educação*, periódico distribuído no Paraná compreendido entre os anos de 1983 a 1986, de modo a investigar os discursos veiculados pelo jornal e identificar assuntos representativos da concepção educacional vigente no período. Para tanto, partiu-se dos seguintes questionamentos: O que as seções *Artigos* e *Editorial* desejavam comunicar? O que o jornal revela sobre a produção e a circulação de ideias acerca do fazer educacional no Paraná naquele momento histórico? Para responder tais indagações, fez-se necessário compreender a relevância do Jornal, que reside no fato de ter-se firmado como “ponte” entre a Secretaria de Estado da educação do Paraná (SEED) e os professores que atuavam na rede pública de ensino. Aduz-se que a relevância deste estudo encontra-se no fato de instrumentalizar acadêmicos do Curso de Pedagogia de Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Paraná e Pedagogos em exercício a compreenderem o pensamento pedagógico atual, bem como a tecerem relações entre o presente e o passado, de modo a identificarem transformações e permanências históricas. Mediante os encaminhamentos deste trabalho conclui-se que, majoritariamente, os artigos e editoriais, tratam sobre a proposta de democratização do ensino aos cidadãos brasileiros no Paraná de 1980, bem como imputa aos professores a tarefa de encabeçarem o processo de melhoria da educação. Nesse sentido, entende-se que o *Jornal da Educação* instrumentalizou o processo de democratização pretendido pela SEED, por meio da comunicação, fator decisivo para a conquista de um patamar democrático. O cumprimento deste objetivo resultou em uma ampliação de conhecimentos acerca do tema em estudo, no tocante a compreensão do que foi o projeto educacional considerado democrático para a época em tela.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. História da Educação. Imprensa Pedagógica. Jornal da Educação. Editoriais.

Articles and Editorials Outstanding 1980's Paraná: a study based in the Education Journal.

ABSTRACT

This paper identifies 47 articles and 17 editorials published in the Education Journal, periodic distributed in Paraná between the years 1983-1986 in order to investigate the discourses conveyed by the newspaper and identify subjects representative of the current educational conception period. To do so, broke the following questions: What Articles and Editorial sections wanted to communicate? What the newspaper says about the production and the ideas circulation about education in Paraná that historical moment? To answer such questions, it was necessary to understand the Journal's relevance, which resides in the fact that he signed up as a "bridge" between the Ministry of Education of Paraná (SEED) and the teachers who worked in the public school. It is argued that the study's relevance lies in the fact of provide tools to Pedagogy academics students of Higher Education Institutions (HEIs) in the State of Paraná and Educators in exercise to understand the current pedagogical thinking, as well as forge links between present and the past, in order to identify changes and historical keeps. Through referrals this work concludes that mostly articles and editorials dealing on the proposed democratization of education to Brazilian citizens in 1980's Paraná, and allocates to the task of teachers spearhead the process of improving education. In this sense, it is understood that the Education Journal equiped the democratization process required by SEED, through communication, a decisive factor for the achievement of a democratic level. The fulfillment of this objective has resulted in an expansion of knowledge about the subject under study, regarding the understanding of what was considered democratic educational project for the time display.

KEYWORDS: Education's History. Pedagogical Press. Education Journal. Editorials.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Título e autores dos artigos.....	30
Quadro 2 - Autores que assinaram artigos no Jornal da Educação	49
Quadro 3 - Dados gerais dos Editoriais	63

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Democracia. Palavra que o Paraná voltou a escrever	21
Figura 2 - Este jornal também é seu. Escreva, participe.....	23
Figura 3 - essa medida é para nós, professores, uma conquista!	24
Figura 4: OBA! Até eu posso votar!.....	25
Figura 5: AGORA EU ENTENDO O PORQUÊ DO ATRASO!	25
Figura 6 – A Escola da década de 1980.....	27
Figura 7 – Semente de uma nova sociedade.....	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Assuntos abordados nos artigos: aproximações temáticas	47
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 JORNAL DA EDUCAÇÃO: FONTE E OBJETO DE ESTUDO	17
2.1 Materialidade do Jornal	Erro! Indicador não definido.
3 ARTIGOS: O QUE QUEREM COMUNICAR?	30
3.1 Artigos: assuntos abordados	34
3.2 Autores que assinaram os artigos do Jornal da Educação	48
4 EDITORIAIS EDUCACIONAIS: O QUE QUEREM COMUNICAR?	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Os pesquisadores brasileiros da historiografia têm reconhecido e aceitado a Imprensa como fonte de pesquisa e objeto de estudo, anteriormente ao seu uso na História da Educação. O trabalho da História com a Imprensa registra-se de modo mais evidente a partir das décadas de 1960 e 1970.

A Imprensa Pedagógica como objeto de pesquisa, amplia e repercute na própria escrita da História da Educação. Destarte, este trabalho deslinda acerca da produção e circulação de ideais elaborados pela Imprensa Pedagógica oficial do Estado do Paraná, que abarca o fazer educacional desse estado nos anos de 1980. Para tanto, selecionou-se as seções *ARTIGOS* e *EDITORIAL* do Jornal da Educação, um periódico educacional publicado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), entre 1983 e 1986, com o propósito de tecer análises e reflexões sobre o material.

Em Projeto de Iniciação Científica, realizado em 2012, discutiu-se a seção *Artigos* do Jornal da Educação, assinado e publicado pela Secretaria de Educação e distribuído apenas aos profissionais da educação e comunidade escolar durante a existência do periódico. Ao total, analisou-se 47 artigos. Pelo fato de o material ser demasiadamente rico, ao final da pesquisa, verificou-se a possibilidade de se estudar a seção *Editorial* do periódico. Cabe destacar que os editoriais não são assinados pelos autores e que cada editorial corresponde a um exemplar do Jornal, portanto, analisou-se 17 editoriais.

Durante a pesquisa, muitas questões nasceram e suscitaram reflexões, tais como: O que o Jornal da Educação intentava comunicar ao público? Quais sessões compunham-no? A que conclusões pode-se chegar sobre a produção e circulação de ideias acerca do que oficialmente se propunha para o “fazer educacional” no Paraná entre 1983 e 1986? Tendo em vista que o referido Jornal constitui-se em uma fonte documental, o que ele representa para a História da Educação? Essas foram indagações que nortearam o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Para tanto, seguiu-se a seguinte metodologia: selecionou-se como fonte de estudo as seções *Artigos* e *Editorial* do periódico Jornal da Educação, de modo a analisa-los qualitativamente e tecer reflexões, interpretações e análises acerca dos conteúdos identificados, o

que atribui à pesquisa o caráter bibliográfico e documental. Aduz-se que a relevância deste estudo encontra-se no fato de instrumentalizar acadêmicos do Curso de Pedagogia de Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Paraná e Pedagogos em exercício a compreenderem o pensamento pedagógico atual, bem como a tecerem relações entre a história do passado e a do presente, de modo a identificarem transformações e permanências históricas.

Defende-se que o fenômeno educacional precisa estar situado para que se possa analisá-lo. Essa premissa incidiu diretamente na possibilidade de o futuro professor apropriar-se de elementos que contribuam para suas reflexões-ações-reflexões no campo do ensino em História da Educação e, ainda, para os que pretendem imprimir esforços em direção ao aprimoramento dos estudos e pesquisa sobre o Paraná.

Para a realização deste trabalho, fez-se necessária a compreensão do conceito de Imprensa Pedagógica, que se firma como uma das possibilidades da imprensa comum, já que a mesma enquadra-se na comunicação – como jornais, revistas, entre outros –, o que demandou embasamento teórico em autores que discutem o conceito de Imprensa Pedagógica como fonte e objeto de estudo.

Tendo em vista que a finalidade da Imprensa Pedagógica é promover a leitura e disseminação de informações e conhecimentos acerca da Educação, entende-se que ela proporciona ao historiador da Educação um leque de possibilidades dentro da própria História, além de oportunizar variadas perspectivas sobre o sistema de ensino, o que possibilita encontrar diferentes tipos de discurso em diversos grupos sociais.

A imprensa não pode ser caracterizada como um terreno neutro e homogêneo, pois, de acordo com Rodrigues (2010) a Imprensa Pedagógica “[...] divulga aspirações, concepções políticas, ideológicas, apresenta necessidades e objetivos específicos do grupo que propõe sua editoração, publicação”. Para a melhor compreensão dessa fonte de pesquisa, recorreu-se à tese de Doutorado de Elaine Rodrigues intitulada “A invenção da democracia no Paraná” (2002), a qual analisou o Projeto Educacional proposto pela Secretaria de Educação na década de 1980. A autora considera a proposta deste governo como uma forma de Imprensa e como uma “invenção”, visto que seu intuito era criar uma sociedade reconhecidamente democrática.

Outra pesquisadora que utiliza-se da Imprensa Pedagógica como fonte de objeto e estudo é Martinez (2009). Em sua dissertação, ela explicita que o *Jornal Escola Aberta*, periódico distribuído na década de 1980, e o *Jornal da Educação* – também distribuído no mesmo período

pela SEED –, foram utilizados como estratégia de divulgação de ideias, as quais direcionaram o trabalho dos professores da educação pública paranaense.

Oliveira (2011) também discorre acerca da *Imprensa Pedagógica*. A autora apropriou-se da *Revista Criança do Professor de Educação Infantil* – produzida pelo MEC, no intervalo entre os anos de 1996 a 2006, como representante da imprensa pedagógica do referido profissional – para investigar e analisar dez anos da história como fonte de pesquisa e objeto de estudo, ou seja, volveu-se à sua materialidade organizacional e gráfica, de modo a destacar as principais características de cada uma das 14 edições que se enquadram no recorte temporal delineado.

Pode-se recorrer também a Bastos (2007) que em seus estudos sobre a imprensa de educação e de ensino, considera que a mesma é formada de periódicos que, destinados quase sempre aos professores, ou seja, profissionais da educação, visam principalmente guiar sua prática cotidiana, oferecendo informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a conduta em classe e a didática das disciplinas. Neste sentido, a autora afirma que:

Jornais, boletins, revistas, magazines – feitas por professores para professores, feitas para alunos por seus pares ou professores, feitas pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igrejas – contêm e oferecem muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, além das práticas educativas e escolares (BASTOS, 2007, p.167).

Para além das autoras citadas, remete-se à Maurilane Biccás (2008). Em sua obra intitulada “O Impresso como estratégia de formação: *Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*”, que trata sobre uma forma de imprensa oficial, o impresso pedagógico de educação, direcionado aos diretores e profissionais da rede pública de ensino do estado de Minas Gerais. Biccás (2008) descreve e analisa aspectos relacionados à materialidade da *Revista do Ensino* aos conteúdos nela veiculados, às mudanças ocorridas nos seus dezesseis primeiros anos de circulação e à produção de sentidos desencadeada por essas transformações editoriais. De acordo com a autora, seu estudo apoiou-se em três elementos distintos, porém articulados: a *Revista do Ensino* como suporte de texto; os próprios textos que nela veicula e a sua apropriação nas práticas.

Ressalta-se que a revista em questão foi criada em 1892 por Afonso Pena – que na época presidia o estado – desativada poucos anos depois. Após 33 anos, a *Revista* foi reativada,

permanecendo em circulação até meados de 1940. Em decorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi sua distribuição foi novamente interrompida, todavia, por um período de tempo menos extenso: cinco anos. Em 1946 ela voltou a circular e foi extinta 25 anos mais tarde, em meados de 1971.

A Revista do Ensino pode ser considerada como o Impresso Pedagógico oficial mais representativo da história da educação mineira, não apenas pelo longo período que se manteve ativa, mas por ser papel significativo no processo de formação de professores e de conformação do campo educacional mineiro.

Como explicita Biccas (2008), ao se optar por trabalhar com impressos pedagógicos em História da Educação, o pesquisador depara-se com diversas indagações: O que é tomar o material impresso como objeto de pesquisa? O que significa ter o impresso como fonte? O que é tomar a produção impressa como fonte e objeto de pesquisa simultaneamente? Para responder essas questões a autora apresenta alguns aspectos sobre o percurso da pesquisa sobre a Revista do Ensino.

Ao definir Revista do Ensino como tema de pesquisa, Biccas (2008) aduz que a perspectiva de análise adotada por ela inscreve-se no campo de análise da Nova História Cultural que, como vertente interpretativa, tem impactado e marcado a produção historiográfica contemporânea e, de modo particular, a História da Educação.

A materialidade da Revista orientou o estudo das práticas que formalizaram os usos desse impresso. Assim, a autora analisou a revista na perspectiva de sua produção e distribuição, como produtora de estratégias pedagógicas e editoriais determinadas. Nesse sentido, tomar os impressos pedagógicos como objeto de estudo constitui-se em um grande desafio, ao menos, visto que se opera com várias áreas de fronteira – como, por exemplo, a da educação, da linguagem e dos estudos da leitura –, em seus aspectos históricos e sociológicos.

Para Biccas (2008) as análises devem considerar as várias perspectivas de uma mesma questão, na tentativa de compreender todos os sentidos que a Imprensa Pedagógica foi utilizada, que, nesse caso, foi empregada como estratégia de formação dos professores que integravam o sistema de ensino de Minas Gerais.

A autora ressalta que a revista foi analisada levando-se em conta a expectativa dos editores em face ao leitor desse impresso, de modo que todo o processo de produção da Revista do Ensino, no período analisado, considerou uma determinada representação de professor,

tomando-o como agente responsável pela implantação das diretrizes e das propostas educativas e pedagógicas que estavam sendo veiculadas pela Diretoria de Instrução Pública, pela Inspeção Geral da Instrução e, posteriormente, pela Secretaria de Educação.

Ao discorrer sobre a forma como os editores distribuem o texto sobre uma página, Biccas (2008) cita Chartier (1996). Este define que o referido procedimento deveria ser uma forma de remodelar a própria apresentação do texto, deixando a página menos carregada, podendo ter títulos, subtítulos, parágrafos, menos imagens, pois, conforme o autor, o produto final desta operação pode interferir na constituição dos sentidos por parte de leitor.

Para Chartier (2002) a apropriação refere-se à construção de sentidos, a partir da leitura ou da escrita, efetuada pelas comunidades de leitores frente aos discursos e dirigida pelos elementos inscritos nas páginas que compõem obras ou textos singulares. Portanto, a apropriação diz respeito à “uma história social dos usos e das interpretações, relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem” (CHARTIER, 2002, p. 184 apud BICCAS, 2008, p.156).

A noção de apropriação, utilizada como instrumento de conhecimento, pode também reintroduzir uma nova ilusão: a que leva a considerar o leque das práticas culturais como um sistema neutro de diferenças, como um conjunto de práticas diversas, porém equivalentes. Adotar tal perspectiva significa esquecer que tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou ao contrário, sua desqualificação)

Neste sentido, destaca-se que este trabalho foi realizado com base no Jornal da Educação, uma forma de Imprensa Pedagógica Oficial, publicado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná e destinado a professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná. O periódico circulava pelos mais diversos objetivos, alguns deles escritos diretamente em suas páginas, outros explícitos em seus conteúdos, por meio dos quais pode-se discutir, a exemplo do próprio jornal, os conceitos de apropriação, estratégia e tática.

Tais discussões podem ser feitas à luz dos pressupostos de Chartier (1990), que levam ao entendimento de que os conceitos explicitados atrelam-se à ideia de que mediante o uso do impresso, pretende-se fazer história. Em sua maioria, os periódicos da Imprensa Pedagógica objetivam enriquecer as práticas educacionais do dia-a-dia escolar, informando sobre os

programas oficiais, discutindo problemas educacionais, condutas e posicionamentos dos professores em sala de aula e temáticas educacionais da atualidade.

Sob tais perspectivas, no **primeiro Capítulo**, intitulado “Jornal da Educação: Fonte e Objeto de Estudo”, aborda-se o projeto Educacional proposto para o Estado do Paraná, na década de 1980, bem com os aspectos históricos do Jornal da Educação e sua organização, materialidade e imagens, a fim de contribuir com a temática proposta nesta pesquisa.

Posteriormente, no **segundo capítulo**, Artigos: o que querem comunicar; discutem-se os resultados alcançados no Projeto de Iniciação Científica, desenvolvido em 2012, intitulado “Artigos, o que querem comunicar?”. Os resultados obtidos mediante a leitura e análise dos 47 artigos serão apresentados por meio de um quadro demonstrativo com informações referentes ao mês e ano, à data de publicação e ao nome dos autores.

No **terceiro capítulo**, Editoriais Educacionais: O Que Querem Comunicar? – explicita-se a seção *Editorial* do Jornal da Educação e disponibiliza-se um quadro com os dados gerais dos editoriais, incluindo mês, ano e data de publicação.

2 JORNAL DA EDUCAÇÃO: FONTE E OBJETO DE ESTUDO

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por movimentos que ocasionaram em mudanças significativas ao cenário político do Brasil. A primeira diz respeito ao discurso do medo e da repressão. Já a segunda, em oposição, enfatizou o discurso formador/criador de uma nova postura em prol da democracia, o qual consistiu na valorização do abandono do passado repressivo e criar o democrático. Para reforçar essa ideologia, foram utilizadas estratégias, sendo uma delas a imprensa pedagógica (distribuição de um periódico educacional) durante quatro anos, apenas no Estado do Paraná, pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) entre os anos de 1983 a 1986.

Nesse momento histórico, em nome do cumprimento do dever cívico, da moral e dos bons costumes, emanavam ações violentas em oposição aos direitos democráticos que caracterizaram o período ditatorial brasileiro. Esse cenário foi palco de uma estrutura repressiva, de uma forma de governo reproduzida, por exemplo, por meio de eleições não diretas para cargos de importância no País, tais como: Governadores de Estado, Senadores e também Presidente da República.

No decorrer da década de 1980, na tentativa de sepultar o passado, em parceria com outros Estados, o Paraná assumiu a responsabilidade de dar novo sentido aos termos “democracia” e “política”. Para que se chegasse a esse resultado, o Paraná engendrou meios para que as pessoas se compreendessem como cidadãos.

Um projeto educacional proposto pelo Estado pretendia suprir as designações de comando, pois, as palavras democracia, política e cidadania não correspondiam aos anseios daquele momento histórico, não tendo, portanto, significado ao cotidiano escolar. A trajetória que da SEED no sentido de efetivar a gestão democrática, amparou-se na comunicação, reconhecido como um dos instrumentos relevantes à democratização da escola. Para que o objetivo se concretizasse, a forma não estava dada, portanto, foi necessário criá-la, ou seja, o caminho não estava pronto, sendo um desafio que a sociedade brasileira da década de 1980 deveria assumir.

Diante disso a Secretaria de Educação criou mecanismos com vistas à democratização da educação, sendo o Jornal da Educação o mais significativo por se tratar de uma ação concreta em prol da comunicação, elemento fundamental à mediação das relações entre os profissionais da educação e seus colaboradores (professores, pais e alunos).

Nesse contexto, o Jornal da Educação passou a ser o veículo oficial de comunicação entre os dirigentes da escola e a comunidade escolar. De forma organizada, o discurso da SEED questionou comportamentos como subordinação e descompromisso, assumindo pelo discurso da luta pela democracia e cidadania.

Reconstruir o sentido dos termos democracia e política era um desafio. Para que o novo sentido fosse incorporado, o Paraná promove um discurso e inventa ações que tencionavam levar o homem paranaense a se compreender como cidadão. Aliás, cidadão e democracia são palavras que, neste cenário, aparecem como indissociáveis (RODRIGUES, 2002, p. 25).

Portanto, em meados de 1980, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) apresentou um documento com propostas para o governo do Brasil. Esse documento, denominado “Esperança e Mudança”, tratava-se de uma manifestação formal do partido que, por meio da Fundação Pedroso Horta, publicou-o na revista do PMDB n.4, em novembro de 1982.

De acordo com “Esperança e Mudança” a Educação representava condição essencial para a democratização da sociedade brasileira, o que demandava um planejamento educacional criterioso. Nesse sentido, o partido acreditava que o planejamento democrático consistia em uma forma de garantir que um conjunto de políticas públicas se estruturasse democraticamente.

Nesse contexto, mediante o Projeto educacional, verifica-se que a educação era entendida como elementar à construção da “sonhada” Democracia. Para o PMDB, a democracia significava o direito universal do voto direto e livre, a restauração da dignidade e das prerrogativas do Congresso e do poder judiciário, a liberdade e autonomia sindical, a liberdade de informação e a garantia de que todos pudessem ter acesso aos meios de comunicação de massa (RODRIGUES, 2002).

Como se pode observar, o Partido acreditava ser de fundamental importância que se instaurasse a democracia e professava a ideia de que a expressão dos interesses populares e nacionais somente seria possível em um estado efetivamente democrático. Era, portanto, essencial falar, pensar e, principalmente, incorporar a democracia.

Diante disso, Rodrigues (2012) considera que o Projeto para o Brasil de 1980 constituía-se

[...] na crença de que a população brasileira ansiava por democracia e isso faria com que se lutasse por ela, bastando que fosse estimulada e que se aprendesse a reivindicar direitos. Os governos estaduais, eleitos por voto direto, posicionavam-se como mediadores na construção desse ideal, propunham-se a somarem esforços com a sociedade, fazendo seu papel, por meio da promoção de estratégias de ação e convencimento como um canal de condensação dos interesses sociais e, para que isso se viabilizasse, propunha-se a oferecer à sociedade um projeto global e coerente com a situação real do país, almejando a transformação democrática da vida nacional (RODRIGUES, 2012, p.36-37).

Nesse sentido, por meio das leituras realizadas, afirma-se que o trabalho com a *Imprensa Pedagógica*, seja como fonte ou objeto de estudo, tem sido cada vez mais frequente e a análise de seus editoriais, cartas ao leitor e demais seções, considerada fundamental ao enriquecimento das pesquisas desenvolvidas no campo da História da Educação.

Portanto, infere-se que se tem investigado a materialidade dos periódicos impressos, os textos que nele são veiculados e a sua apropriação nas práticas. De acordo com Biccás (2005, p.156) com relação a este último aspecto, “[...] enfoca-se o discurso produzido a partir de sentidos e deslocamentos provocados pela leitura, no qual a forma do impresso e a forma que o texto nela assume exercem uma função fundamental”.

O *Jornal da Educação* nasceu para desempenhar um eixo no processo de democratização, pois a SEED acreditava que a comunicação constituía-se em fator decisivo para a conquista de um patamar democrático satisfatoriamente consolidado.

Apropriando-se do *Jornal* como objeto de estudo – ou seja, em sua materialidade – são necessárias algumas considerações acerca do periódico, como por exemplo, pensar em quem está por trás desse *Jornal*, visto que o mesmo é oficializado pelo Governo. O grupo formador do *Jornal da Educação* é a Secretaria de Estado de Educação (SEED), que produziu um discurso, como já dito, oficializado pelo governo. Se o discurso era oficializado, havia uma intencionalidade por parte da SEED com relação aos receptores deste *jornal*. Então, pode-se pensar para quem, e como eram distribuídos estes periódicos.

O *Jornal da Educação* foi distribuído entre os dirigentes da rede pública escolar, no Paraná, no período compreendido entre 1983 e 1986. A distribuição era realizada de forma gratuita. Em seu primeiro ano de existência foram distribuídos, diretamente nas escolas, apenas duas edições – a primeira em junho e a segunda em outubro. Já no segundo ano, a distribuição

passou a ser bimestral, com tiragem de 50 mil exemplares. No terceiro ano, essa tiragem aumentou em 20 mil, passando a serem distribuídos cerca de 70 mil exemplares do tabloide.

Em seus primeiros números, o Jornal relata as ações pretendidas pela Secretaria de Estado de Educação, as quais buscavam criar/formar um universo democrático, favorável ao desenvolvimento dos ideais políticos para a formação do cidadão visando a democratização do ensino no Paraná.

Trata-se detalhadamente sobre sua primeira edição para evidenciar as informações postas pelo Jornal em prol da democracia, informações estas que na maioria das vezes divulgavam o trabalho da SEED, promovendo uma propaganda democrática com a assinatura, obviamente, do partido do governador daquela época. No decorrer deste trabalho, delineiam-se os temas do Jornal, suas figuras, quantidade de página, espessura, tamanho, entre outros.

O Jornal da Educação teve sua origem por intermédio da proposta de “[...] desempenhar um papel importante na democratização do ensino no Paraná, com vistas à substancial melhoria de sua qualidade”. (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.1). Essa frase se encontra na primeira página do Jornal, mais especificamente, na seção dos editoriais, um dos focos deste trabalho.

Na sequência, os organizadores do Jornal consideram que a democratização do ensino apenas será possível por meio de instrumentos, de modo a ser um desses o “[...] amplo, variado e fluído canais de comunicação entre a comunidade escolar – professores, alunos, pais e funcionários - e os organismos governamentais” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.1).

A perspectiva era de que a escola assumisse o papel de “meio educacional de um povo”. Os profissionais da educação tinham valor imprescindível para a sociedade e essa realidade não poderia ser negligenciada. Como explicita o periódico, isso se dá pelo fato de que “[...] ser educador, é antes de tudo, assumir o compromisso histórico do ato de educar” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.1).

Admitir que os problemas sociais estivessem manifestos na educação implicaria em uma prática educativa empenhada em corrigir mistificações e contradições e uma atuação de maneira articulada ao empenho de democratização. Essa premissa pressupunha que:

Haveria um espaço ponderável a ser ocupado pelo sistema educacional. Esse espaço será ocupado na medida em que a escola ajudar a população, fundamentalmente, a descobrir a realidade com lucidez e espírito crítico, a ser

livre e aprender a se liderar. A mudança de comportamento que pretende a escola com o processo ensino-aprendizagem, condicionará uma visão de mundo de homem de amanhã e norteará suas decisões. (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.1).

Em sua primeira edição, o Jornal contou com aproximadamente oito páginas e cerca de sete figuras postas durante os textos. Na capa, encontramos frases como: “ELEIÇÕES APONTAM NOVOS DIRETORES”, e também, uma figura com a frase “DEMOCRACIA. PALAVRA QUE O PARANÁ VOLTOU A ESCREVER” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.1), como é possível visualizar na imagem abaixo:

Figura 1 - Democracia. Palavra que o Paraná voltou a escrever



Fonte: Rodrigues, 2012, p.1

Essa imagem transmite a ideia de que eleitor estaria depositando seu voto em uma urna, com a forma de um livro aberto. Portanto, a democracia exercida na escola, teria o voto como seu legitimador.

A eleição para diretores escolares foi um intento da SEED que se harmonizou com uma reivindicação da classe docente e que já estava expressa na plataforma eleitoral de governo. As regras que definiam como as eleições ocorreriam foram determinadas pelo Decreto nº 455/83, publicado pelo próprio Jornal. Pelo voto escolher-se-iam três candidatos que figurariam em uma lista – famosa como lista tríplice –, a partir da qual um deles seria o eleito pelo Secretário de Educação. Todos os professores ou especialistas lotados e em exercício no estabelecimento de ensino seriam, em princípio, candidatos.

De maneira representativa, todos os segmentos sociais faziam parte de uma assembleia deliberativa acerca das questões que envolviam a comunidade educacional. No caso da escola – seus dirigentes, pais, alunos, professores e funcionários – passariam a decidir sobre os problemas educacionais da escola.

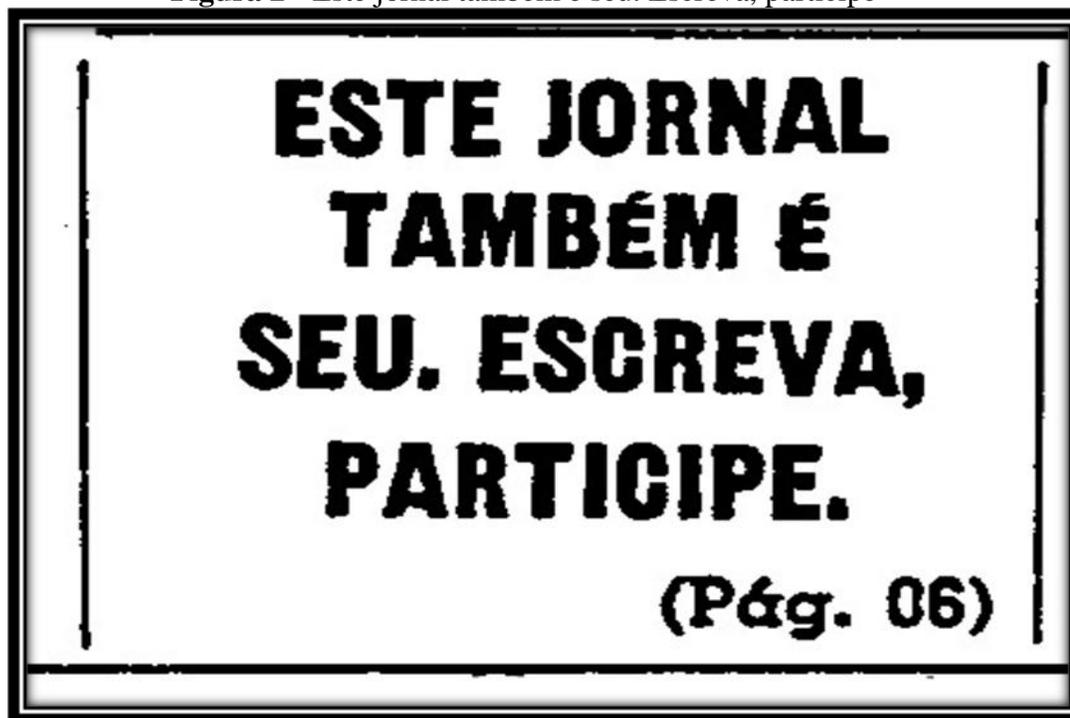
Ao “ilustrar” os temas principais nas capas, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) tinha como objetivo imprimir certa interpretação sobre as temáticas abordadas no Jornal. Desta forma, destacam-se algumas das figuras e curiosidades expressas no periódico em questão.

Mediante análise, percebeu-se que as capas continham trechos de assuntos que seriam tratados durante o exemplar, como espécie de sumário, mas em forma de tirinhas, como mostra-se na **Figura 2**: “Este jornal também é seu. Escreva, participe (Pág. 06)”, ou até mesmo “Merenda Escolar: a participação comunitária (Pág. 03)”.

A matéria sobre a merenda escolar – encontrada na página três – tem o seguinte título “MERENDA PRECISA DA AJUDA DE TODOS” e uma figura que representa uma criança, um garoto visivelmente apressado e, ao lado a seguinte frase: “Quero chegar logo na escola pra comer a merenda” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.1).

Em um momento no qual o discurso dos órgãos oficiais primava por estimular a comunicação com base na (re) nascente democracia, de modo a buscar sua instauração, a Secretaria Estadual de Educação criou o Jornal da Educação, como anteriormente citado. Uma de suas chamadas fazia alusão a uma coluna que seria editada a partir do recebimento de cartas escritas pela comunidade educacional. Portanto, na Figura 2, encontram-se umas das frases destacadas neste primeiro circular do Jornal da Educação:

Figura 2 - Este jornal também é seu. Escreva, participe



Fonte: Rodrigues, 2012, p.1

Prosseguindo com algumas curiosidades do periódico correspondente às figuras e matérias do Jornal, em especial, no primeiro exemplar do Jornal da Educação, na capa – coluna direita –, tem-se um assunto sobre as futuras eleições para diretores. O texto intentava preparar cerca de dois milhões de Paranaenses para a eleição de novos diretores de escolas públicas de 1º e 2º graus (atualmente denominado Ensino Fundamental e Médio, respectivamente). Esses dois milhões abarcavam todos os servidores da educação, tais como: professores, pais, alunos, funcionários e comunidade escolar.

Para a Secretária de Educação da época, Gilda Poli Rocha Loures, a eleição democrática significava um avanço sobre o autoritarismo que até então imperava. Portanto, fazia-se necessário que todos os envolvidos nesse processo tomassem consciência como “[...] agentes ativos e incansáveis da democratização, mobilizando para essa jornada que é cívica, patriótica, todo o conjunto dos professores, pais alunos e funcionários.” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.1).

Ainda com relação às eleições, na página quatro, observa-se o título: “VOTO DEMOCRATIZA O PODER NA ESCOLA”. Na terceira figura, a edição do jornal apresenta dois professores conversando, um deles fala: “- Essa medida é para nós, professores, uma conquista!”

(JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.4). Mediante a fala do professor, infere-se que naquele momento o voto significou a conquista da legitimação do cargo de diretor por meio de eleições democráticas, na qual cada um tinha o direito de escolher, era, portanto, uma conquista histórica.

Figura 3 - essa medida é para nós, professores, uma conquista!



Fonte: Jornal da Educação, p. 4.

Vale ressaltar que a quarta figura encontra-se disposta nos assuntos sobre eleições. Na sequência, na página cinco, há informações sobre as normas das eleições, estas previstas para o dia 17 de junho de 1983. Na figura há um casal, uma urna e uma criança. Os pais encontram-se com um papel nas mãos, por ocasião, o voto, colocando-o dentro da urna – a expressão facial deles é de felicidade – e o filho está com um papel na mão e, ao lado do garoto, verifica-se a seguinte assertiva: “- OBA! Até eu posso votar!” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.5). A

imagem demonstra que tanto professores, funcionários, pais e também alunos tinham voz na hora de votar.

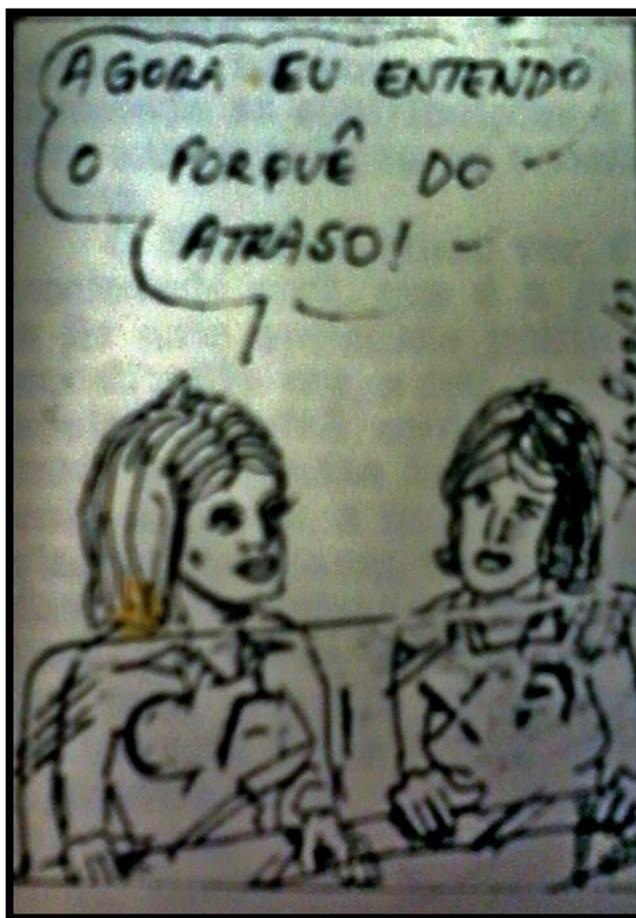
Figura 4: OBA! Até eu posso votar!



Fonte: Jornal da Educação, p. 5.

A última figura encontrada na primeira edição do Jornal da Educação está na página sete, em uma matéria que tem como título a frase: “A VERDADE SOBRE OS RECURSOS PARA O PAGAMENTO DOS PROFESSORES”. A figura trata-se de duas professoras frente a um caixa de banco. Elas aparentam estar indignadas e uma delas diz: “- Agora eu entendo o porquê do atraso!” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.7).

Figura 5: AGORA EU ENTENDO O PORQUÊ DO ATRASO!



Fonte: Jornal da Educação, p. 7.

A figura retrata que além dos professores se tornarem agentes do processo de democratização do ensino, era necessário, pois, que estivessem a par de todas as coisas que aconteciam, como por exemplo, a demora do pagamento dos docentes. Conforme a SEED, cabia aos profissionais da educação estarem atentos sobre os acontecimentos e o percurso trilhado até terem o salário em mãos. Percebe-se, por meio da figura, que a imagem expressa a ação do Professor como sendo um ato político.

A maneira como foram organizados e formados os conteúdos publicados pelo Jornal da Educação, presentes nos artigos e nos editoriais, expressava as preocupações educacionais da Secretaria de Educação, de modo que auxiliava os profissionais envolvidos a reverem e reformularem suas concepções diante da nova proposta de educação. Fazia-se necessário, portanto, que os envolvidos com a educação – ou seja, a comunidade educacional – passasse a

entender-se como principal instrumento das mudanças pretendidas tais como a democratização do ensino e a melhoria da qualidade da educação.

Deste modo, destaca-se a figura 6, encontrada no exemplar de número sete, página 12 do ano de 1984 e a seguinte frase: “Melhoria da qualidade de ensino está vinculada à socialização do saber, isso não significa rebaixar o nível cultural das informações, mas elevar o nível cultural da maioria da população” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1983, p.12). Mas o que se entendia por um ensino melhor? A imagem abaixo demonstra como o jornal representava a escola da década de oitenta, a fim de “conscientizar” a comunidade escolar.

Figura 6 – A Escola da década de 1980



Fonte: Rodrigues, 2012, p.12

Outra figura que torna-se interessante, encontra-se no exemplar de número 11, ano 3, mês de julho, de 1985, p. 6. Ela evidencia o discurso proferido pela Secretaria de Educação,

como se a “Semente de uma nova Sociedade”, enraizasse na Democratização do ensino. A SEED “criou” um discurso de que a “Nova e Democrática Sociedade” seria rapidamente organizada se todos os envolvidos no processo lutassem por sua reforma, lutassem uma nova escola, por uma escola democrática. Como podemos visualizar na figura 7, logo abaixo:

Figura 7 – Semente de uma nova sociedade



Fonte: Rodrigues, 2012, p.6

Na imagem, verifica-se a presença o envolvimento de diversas pessoas em um só trabalho, todavia cada uma delas exerce uma determinada “função”. Um sujeito com uma enxada na mão batendo massa. Outro, por sua vez próximo a janela, com um balde em suas mãos. Outro sujeito está em cima da suposta laje, ajudando alguém que trás consigo um balde de cimento. Em cima da construção, há algumas pessoas com materiais de construção, o que dá a entender que estão cobrindo o telhado de uma construção.

Portanto, verifica-se que a figura transmite o discurso de que para que se integre à democratização do ensino, faz-se necessária a ajuda e a colaboração de todos os dirigentes escolares – pais, alunos, professores, funcionários, comunidade escolar, enfim, todos aqueles que de alguma forma estavam ligados ao processo –, que assim estarão “[...] plantando a semente de uma nova sociedade” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1985, p.6).

3 ARTIGOS: O QUE QUEREM COMUNICAR?

Acredita-se que uma das etapas mais importantes desta pesquisa é esta, momento da leitura e escrita dos fichamentos da seção *artigos* e *editoriais*, assinados pelos autores e publicados no Jornal da Educação na década de 1980. Esse momento da pesquisa foi dividido em dois capítulos, sendo que este trata sobre os *Artigos*, o próximo capítulo, tratará sobre os *Editoriais*. Essa etapa foi indispensável, pois, foi nela que se identificaram os assuntos envolvidos, mais retratados/semelhantes, publicados no Jornal em questão. Identificou-se e analisaram-se 47 artigos assinados pelos seus respectivos autores e 17 editoriais publicados pelos organizadores do Jornal. Para a identificação dos assuntos, confeccionou-se um quadro com os dados gerais, incluindo as seguintes informações: mês, ano, página, título e autor.

Quadro 1– Título e autores dos artigos

ANO, NÚMERO DO EXEMPLAR E MÊS	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR
ANO I – Nº. 01 – JUNHO DE 1983	EDUCAÇÃO: LIBERDADE REAL PARA TODOS	Lílian Anna Wachowicz
ANO I – Nº. 02 – OUTUBRO DE 1983	PROFESSOR: UM CONVITE À REFLEXÃO	Gilda Poli Rocha Loures
ANO I – Nº. 02 – OUTUBRO DE 1983	AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS REQUEREM UMA NOVA POSTURA	Léo Kessel
ANO I – Nº. 02 – OUTUBRO DE 1983	APM: É PRECISO GARANTIR A LIBERDADE E AUTONOMIA	Sonia Kessel
ANO 2 – Nº. 03 – MARÇO/ABRIL – 1984	ENSINO E 1º GRAU: DRAMÁTICA REALIDADE	João Josué da Silva Filho
ANO 2 – Nº. 03 – MARÇO/ABRIL – 1984	IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE CRIANÇAS EXCEPCIONAIS E AS DO ENSINO REGULAR	Flávio José Arns
ANO 2 – Nº. 03 – MARÇO/ABRIL – 1984	EM BUSCA DE FONTES CULTURAIS PARA O ENSINO	Maria do Carmo Marcondes Brandão Rolim

ANO 2 – Nº. 04 – MAIO/JUNHO – 1984	RESGATE DO COMPROMISSO POLÍTICO NA AÇÃO PEDAGÓGICA	Nircélio Zobot
ANO 2 – Nº. 04 – MAIO/JUNHO – 1984	LEITURA PARA CRIANÇA DE BAIRRO: A NOVA AVENTURA DA NOVA ESCOLA	Manuel Nunes da Silva
ANO 2 – Nº. 04 – MAIO/JUNHO – 1984	REFLEXÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO	Pura Domingues Bandeira
ANO 2 – Nº. 05 – JULHO/AGOSTO – 1984	E AS AULAS (RE) COMEÇAM...!	Teófilo Bacha Filho
ANO 2 – Nº. 05 – JULHO/AGOSTO – 1984	NO CES, A GRANDE OPORTUNIDADE	Beatriz Peixoto Mezzadri
ANO 2 – Nº. 05 – JULHO/AGOSTO – 1984	REPENSAR A EDUCAÇÃO FÍSICA	Carmem Lúcia Soares
ANO 2 – Nº. 05 – JULHO/AGOSTO – 1984	O FRACASSO DA ESCOLA PÚBLICA NO PARANÁ	Maria Helena Carvalho
ANO 2 – Nº. 06. SETEMBRO/OUTUBRO DE 1984	NOVA CHANCE DE VOLTAR À ESCOLA	Marlene Marçal Gonzaga Roch
ANO 2 – Nº. 06. SETEMBRO/OUTUBRO DE 1984	REORGANIZAÇÃO DO 2º GRAU	Denise Fabri Cezar
ANO 2 – Nº. 07. NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1984	BARATEAR AS CONSTRUÇÕES: UMA DECISÃO DE NATUREZA POLÍTICA	Leopoldo Ostertog Berger
ANO 2 – Nº. 07. NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1984	PRIMEIRO GRAU, ESCOLA DAS MAIORIAS	Manuel Nunes da Silva Neto
ANO 3 – Nº. 08. JANEIRO/FEVEREIRO DE 1985	EDUCAÇÃO FÍSICA, UMA PRÁTICA EDUCATIVA	Carmem Lúcia Soares
ANO 3 – Nº. 08. JANEIRO/FEVEREIRO DE 1985	PRÉ-ESCOLAR, A BUSCA DE NOVAS ALTERNATIVAS	Eloisa Candal Rocha
ANO 3 – Nº. 09. MARÇO/ABRIL DE 1985	CONSTITUINTE: A CONTSTITUINTE E A EDUCAÇÃO	Raymundo Faoro
ANO 3 – Nº. 09.	CONSTITUINTE E	Nircélio Zobot

MARÇO/ABRIL DE 1985	EDUCAÇÃO	
ANO 3 – Nº. 09. MARÇO/ABRIL DE 1985	CURRÍCULO: O CURSO DA ESCOLA NO CURSO DA VIDA	Manuel Nunes da Silva Neto
ANO 3 – Nº. 10. MAIO/JUNHO DE 1985	NA EDUCAÇÃO O COMPROMISSO POLÍTICO É INDISPENSÁVEL	Gino Azzoli Neto
ANO 3 – Nº. 10. MAIO/JUNHO DE 1985	A ESTIMA CONSTICIONAL	Luciano Benévolo de Andrade
ANO 3 – Nº. 10. MAIO/JUNHO DE 1985	PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA LUTA CONTRA A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL	Nircélio Zobot
ANO 3 – Nº. 10. MAIO/JUNHO DE 1985	E PUR SI MUOVE: CECIPINHOS (OU O LÚDICO DA CIENCIA NA DEMOCRACIA CIVIL)	Paulo Botas
ANO 3 – Nº. 11. JULHO/AGOSTO DE 1985	ALFABETIZAÇÃO: UM PROCESSO QUE SE PROLONGA POR TODA A VIDA	Regina Leite Garcia
ANO 3 – Nº. 11. JULHO/AGOSTO DE 1985	CRIANÇAS ONTEM, PROFESSORES HOJE	Paulo Botas
ANO 3 – Nº. 12. SETEMBRO/OUTUBRO DE 1985	CUIDADO! ELEIÇÕES À VISTA	Paulo Botas
ANO 3 – Nº. 12. SETEMBRO/OUTUBRO DE 1985	A REPRESENTAÇÃO DA LINGUAGEM E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	Emília Ferreiro
ANO 3 – Nº. 12. SETEMBRO/OUTUBRO DE 1985	MÃE E ESPOSA: É A MULHER NA EDUCAÇÃO	Télia Negrão
ANO 3 – Nº. 13. NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1985	UM ANO DE TROCA DE ESPERANÇAS	Paulo Botas
ANO 3 – Nº. 13. NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1985	REEDIÇÃO DE EXPERIENCIA DEMOCRÁTICA ABRE	Nircélio Zobot

	CAMINHO PARA NOVAS CONQUISTAS NA ESCOLA PÚBLICA	
ANO 3 – Nº. 13. NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1985	TRABALHO E PARTICIPAÇÃO, CAMINHO PARA A IGUALDADE	Télia Negrão
ANO 3 – Nº. 13. NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1985	QUEM TEM MEDO DOS CONTEÚDOS EDUCACIONAIS?	Lia Vargas Triba e Gilson Carlos Sant'Anna
ANO 4 – Nº. 14. JANEIRO/FEVEREIRO DE 1986	“COMEÇAR DE NOVO VAI VALER A PENA...”	Nircélio Zobot
ANO 4 – Nº. 14. JANEIRO/FEVEREIRO DE 1986	QUANDO O QUE ACONTECE NAS ESCOLAS INTERESSA AOS PAIS	Paulo Bragato Filho
ANO 4 – Nº. 14. JANEIRO/FEVEREIRO DE 1986	A FUNÇÃO DE LIDERANÇA COMUNITÁRIA DO DIRETOR	Antônio João Mânfió
ANO 4 – Nº. 15. MARÇO/ABRIL DE 1986	ECONOMIA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	Teófilo Bacha Filho
ANO 4 – Nº. 15. MARÇO/ABRIL DE 1986	RATOS E CRIANÇAS. UMA EXPERIÊNCIA REVELADORA	Mariella Righini
ANO 4 – Nº. 15. MARÇO/ABRIL DE 1986	A EDUCAÇÃO FÍSICA E A MULHER	Marco Antônio Moraes Sarmiento
ANO 4 – Nº. 15. MARÇO/ABRIL DE 1986	COM A PALAVRA O ESTUDANTE	Marlus Humberto Geronasso
ANO 4 – Nº. 15. MARÇO/ABRIL DE 1986	SOCIEDADE INJUSTA AFASTA ALUNO DA ESCOLA	Nircélio Zobot
ANO 4 – Nº. 16. MAIO/JUNHO DE 1986	CONSTITUIÇÃO E CONSTITUINTE	Hermógenes Lazier
ANO 4 – Nº. 16. MAIO/JUNHO DE 1986	QUEM TEM MEDO DA POLÍTICA ESTUDANTIL?	Teófilo Bacha Filho
ANO 4 – Nº. 16. MAIO/JUNHO DE 1986	EDUCAÇÃO RURAL, UM GRANDE DESAFIO	Maria do Carmo Marcandes Brandão
ANO 4 – Nº. 17. JULHO/AGOSTO DE 1986	CONSTITUINTE NA ESCOLA	Nircélio Zobot

Fonte: Elaboração própria.

Em 1983, primeiro ano de vigência do Jornal, seus exemplares foram distribuídos semestralmente, e tiveram quatro artigos assinados pelos autores, sendo que um foi no primeiro semestre do respectivo ano e os outros três no segundo semestre. A distribuição era gratuita e ia diretamente para as escolas públicas mantidas pelo Estado.

No ano seguinte, o Jornal da Educação passou a ser distribuído bimestralmente, sendo que, no período de março/abril, três artigos foram assinados e publicados pelo Jornal. Em maio/junho de 1984 também foram três artigos. No período de julho/agosto foram quatro artigos publicados. Setembro/outubro foram apenas dois. Ao final de 1984, no bimestre de novembro/dezembro, também foram assinados apenas dois artigos.

No terceiro ano de publicação do Jornal, somaram-se 18 artigos assinados, sendo que dois foram em janeiro/fevereiro de 1985, três em março/abril, quatro em maio/junho, dois em julho/agosto, três em setembro/outubro e ao final daquele ano, foram mais quatro artigos publicados em novembro/dezembro de 1985.

No quarto e último ano de publicação do periódico, somaram-se 12 artigos assinados e publicados no mesmo. Foram três artigos em janeiro/fevereiro, cinco em março/abril, três em maio/junho e apenas um em julho/agosto, totalizando os 47 artigos assinados e publicados pelo Jornal da Educação no período de 1983 a 1986.

3.1 Artigos: assuntos abordados

Neste item, apresenta-se os *artigos* assinados e publicados no Jornal da Educação. O primeiro artigo intitulado “**EDUCAÇÃO: LIBERDADE REAL PARA TODOS**” – assinado por Lílian Anna Wachowicz –, trata sobre as condições em que as escolas de 1º e 2º Grau (atualmente Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e Ensino Médio), que se encontravam precárias devido ao tempo de uso e à limitação estatal em construir uma rede física escolar suficiente, necessitando de ampliações e reparos.

A autora afirma que há um conceito sobre o Estado e este refere-se a uma sociedade civil, a qual é a população organizada, e uma sociedade política, que é o governo, sendo constituído por um representante legal. Na parte final do artigo, a autora propõe que **TODOS** devem organizar suas próprias necessidades numa sociedade *livre e soberana*. O governo municipal é um órgão

descentralizador, autorizado a organizar o ensino de 1º Grau, desde que lhe sejam dadas as devidas condições que se tem por direito. Sendo assim, instituições como escola, igreja, imprensa, sindicatos, associações de sala e os partidos políticos, juntos, fortalecem a sociedade, articulando seus direitos.

O segundo artigo nominado **“PROFESSOR: UM CONVITE À REFLEXÃO”** e assinado por Gilda Poli Rocha Loures – na época, Secretária da Educação – discute sobre o compromisso profissional frente à prática educativa e reflete acerca do “estar no mundo” e na ação que se efetiva sobre ele.

Loures faz um alerta, de modo a afirmar: a pior doença de qualquer profissional é a acomodação e a conseqüente alienação. Um educador alienado não tem capacidade de distinguir um calendário escolar do ano histórico, intimida-se ao novo e se refugia no passado. Portanto, faz-se necessário uma contínua atualização desse profissional e que o mesmo não tenha uma visão fragmentada da realidade escolar.

Ressalta-se que a autora deposita grande confiança no educador à melhoria da educação. O que se almeja atingir é a brilhante participação do professor na conquista de novos rumos para a educação do Brasil.

No artigo **“AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS REQUEREM UMA NOVA POSTURA”**, redigido por Léo Kessel, aborda sobre a cidadania, proposta como uma nova postura a ser assumida por educadores e alunos em relação às comemorações cívicas, pois não se tinha o envolvimento efetivo dos agentes educacionais para com essas datas.

O autor afirma que, é a educação política que induz à CIDADANIA – principal questão brasileira. É necessária a DEMOCRATIZAÇÃO do ensino, o desenvolvimento do espírito de NACIONALIDADE, e, um tratamento profundo as datas cívicas. Pois estas são capazes de representar ampliação da consciência social, exercício da cidadania, e o fortalecimento da Nação.

No artigo **“É PRECISO GARANTIR A LIBERDADE E AUTONOMIA”** assinado por Sonia Kessel, abarca a questão do “direito a todos de associar-se livremente”, direito esse garantido pela Constituição. A autora também aborda sobre a qualidade da educação, um assunto de interesse de pais e professores. Essa associação entre os agentes educativos constitui-se em uma forma organizacional de solucionar problemas e interesses comuns.

A autora afirma que um governo democrático deve oferecer condições necessárias para que a instituição tenha autonomia em sua organização, que se dá pela ação de pais, professores,

alunos e comunidade local. Vale ressaltar que nessa forma de organização – democrática – as decisões são tomadas na Assembleia Geral.

Para a autora a escola é um espaço que deve ser ocupado LIVREMENTE pelos pais e comunidade. Estes devem se organizar em conselhos comunitários ou associações diversas, cabendo às representações das associações a prestação contas ao órgão máximo, que é denominado de Assembleia Geral.

No artigo **“ENSINO E 1º GRAU: DRAMÁTICA REALIDADE”**, assinado por João Josué da Silva Filho, o autor assevera a necessidade de se construir uma escola competente para os filhos das classes trabalhadoras, visto que realidade educacional daquele momento histórico revelava-se adversa aos interesses das crianças menos favorecidas. Evidencia-se a existência de alguns planos que supram as emergências a curtíssimo prazo. Deve-se, portanto, evitar que o aluno não conclua seu percurso escolar, para que possa ser alfabetizado e compreender as regras sociais.

O texto **“IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE CRIANÇAS EXCEPCIONAIS E AS DO ENSINO REGULAR”** de Flávio José Arns revela que aproximadamente 10% da população apresenta algum tipo de excepcionalidade como: deficiências sensoriais, emocionais, problemas físicos, entre outros, o que significa que 150.000 crianças necessitariam de atendimento especializado.

Arns também tratado, insistentemente, sobre o descaso da sociedade e do governo com essa minoria, em confronto com as prerrogativas da legislação brasileira – Constituição Federal e leis educacionais.

A inclusão escolar de uma parte significativa da sociedade impulsionou o governo a tomar algumas medidas, dentre elas destaca-se a criação de Programas de Educação Especial, que visava possibilitar a participação do Estado junto às entidades mantenedoras de programas de educação especial.

O artigo **“EM BUSCA DE FONTES CULTURAIS PARA O ENSINO”**, redigido por Maria do Carmo Marcondes Brandão Rolim, revela que o processo educativo é de caráter instrumentalizador, pois visa atender as necessidades sociais.

De acordo com a autora, a FUNDEPAR (Fundo de Desenvolvimento Educacional do Paraná) buscava incluir incentivos qualitativos, no sentido de auxiliar o planejamento da rede educacional-municipal paranaense, obtendo assim melhor qualidade no trabalho. Acredita-se que

a Fundepar tenha condições de colaborar na transformação do “[...] homem desde a sua base: a dimensão de sujeito da história” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1984, p. 16). Assim, com o propósito de promover a coleta e organização dos materiais que existiam na memória e na dinâmica da vida da população paranaense, a FUNDEPAR criou o Projeto “Fontes Culturais para o Ensino”.

Em **“RESGATE DO COMPROMISSO POLÍTICO NA AÇÃO PEDAGÓGICA”**, Nircélio Zobot parte da concepção de que o ato de educar deve ser considerado POLÍTICO, visto que há consequências, e estas refletem diretamente na sociedade. Portanto, o autor aponta que a educação não pode ser entendida como “neutra”, devendo assumir, *a priori*, o compromisso com a libertação do homem, de tudo que o diminui e o oprime. Se assim não ocorresse, não seria educação, mas domesticação. Em um segundo momento, caberia à educação assegurar a democratização do saber, de modo a primar o ensino público gratuito, pois é na escola pública que a população tem acesso ao saber. Conforme Zobot, o saber levaria o povo a alcançar seus direitos e a participar de decisões que os afetam. O autor ainda considera que a educação pode e deve ser meio de democratização do saber.

No texto **“LEITURA PARA CRIANÇA DE BAIRRO: A NOVA AVENTURA DA NOVA ESCOLA”**, redigido por Manuel Nunes da Silva, verifica-se que o autor trata sobre a alfabetização como uma demanda popular, portanto, política. Há uma separação entre a escola e as condições de vida das crianças de bairro. O autor argumenta sobre a questão da criança de bairro não se reconhecer na vida escolar, sendo esta muito diferente da realidade popular. Além disso, Silva contextualiza essa ideia e questiona: qual a perspectiva para a escola de hoje, especialmente a voltada para o povo – bairros e interior? Novamente, observa-se o discurso de que a resposta se encontra na própria população.

Para o autor, a alfabetização constitui-se em um meio de “[...] conhecer, assumir e reinventar a realidade”, de modo que a população pode ser iletrada, mas não “inculta” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1984, p. 6). O autor Finaliza o artigo com tais palavras: ao professor caberá o papel de ser o companheiro da criança de bairro, a *ESPERANÇA DO SEU POVO!*

No artigo **“REFLEXÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO”**, Pura Domingues Bandeira relata que há uma opinião predominante e que os livros didáticos oferecidos às escolas são ruins e de péssima qualidade. A autora evidencia que o livro didático nada mais é que o ‘reflexo’ de um

péssimo sistema educacional, ou seja, como a escola é uma ‘representação’ do que seja uma sociedade, o mesmo acontece com o material que se recebe na instituição escolar.

Portanto, fica evidente que essa posição crítica quanto ao material didático, deve proceder principalmente do professor, aquele que está em sala de aula, que ensina, que escolhe o que vai ser utilizado por seus alunos. Aprofundar nos aspectos básicos de conteúdo, ler as “entrelinhas” é fundamental para que o educador tenha coerência no ato de ensinar.

O artigo **“E AS AULAS (RE) COMEÇAM...!”**, assinado por Teófilo Bacha Filho, trata sobre como as crianças, os professores e a equipe escolar voltam das férias e se deparam com a ‘mesmice’. Além disso, ante á nova proposta educacional – gestão democrática do ensino e da escola –, o autor aponta a postura de ensino adotada pelos profissionais da educação e da escola frente aos problemas diversos, de modo a ressaltar a inauguração da participação da comunidade nos assuntos escolares. Portanto, Bacha Filho remete a uma nova postura da escola, do professor, da comunidade escolar em si, que deveria ser implantada com urgência nas instituições escolares, cabendo aos educadores “acreditar no novo”.

No artigo **“NO CES, A GRANDE OPORTUNIDADE”**, de Beatriz Peixoto Mezzadri, há a discussão acerca do Centro de Ensino Supletivo (CES), implantado pelo Estado. De acordo com Mezzadri (1984), naquele momento histórico a maioria da população desconhecia esse Centro de Ensino pelo fato dele ser ‘diferente’. Para esta parcela da população, entrar no CES representava uma grande oportunidade, visto que consistia em uma porta na qual os estudos se retomariam, consolidando o início a um novo rumo na educação, em especial, ao ensino supletivo.

Carmem Lúcia Soares, no artigo **“REPENSAR A EDUCAÇÃO FÍSICA”**, relata que a Educação Física confundiu-se no meio escolar como uma simples “prática desportiva”. Um dos motivos era o fato de as Escolas não estarem preparadas, pois, não dispunham de instalações esportivas e materiais para que a Educação Física fosse desenvolvida. Nesse sentido, por considerar essa prática como necessária à Escola – visto que interfere na dinâmica de “silêncio” e “calmaria” da Escola – a autora defende que a Educação Física deveria ser explicada e redimensionada no espaço escolar, de modo a efetivar-se como disciplina curricular, diferenciando o educativo do alienante.

O texto **“O FRACASSO DA ESCOLA PÚBLICA NO PARANÁ”**, assinado por Maria Helena Carvalho, trata sobre o fracasso que se encontrava a escola pública na região do Paraná –

no final da década de 1970 e início de 1980 –, com enfoque principalmente nas 1ª séries do 1º Grau. Esse fato foi comprovado pela autora após a mesma ter analisado três municípios paranaenses nos anos de 1978 a 1982.

A autora destaca a existência de indicadores capazes de identificar o problema: porcentagens de repetência, de aprovação e de evasão escolar. A autora aponta que a análise desses indicadores permitiu que se tivesse uma ideia sobre o fracasso escolar público, precipuamente de crianças matriculadas em escolas municipais. Carvalho também ressalta que o estado do Paraná enfrentava problemas críticos na própria manutenção do homem do campo, de modo que uma das urgências da época consistia no recebimento de apoio estatal, apoio esse necessário à minimização dos desafios educacionais paranaenses.

O artigo **“NOVA CHANCE DE VOLTAR À ESCOLA”** redigido por Marlene Marçal Gonzaga Roch, aborda sobre o Projeto SEPTEM – Sistema Especial de Promoção Educativa do Menor, executado pela CAE – Coordenação de Assistência ao Educando. A gênese desse projeto deu-se em 1979, na cidade de Curitiba. A autora considera que o projeto existe para abrir portas à comunidade, para que juntos a sociedade civil e os profissionais da educação pudessem encontrar meios para sanar as necessidades educativas e sociais existentes.

No artigo **“REORGANIZAÇÃO DO 2º GRAU”** Denise Fabri Cezar aborda sobre o 2º Seminário Estadual – ocorrido de 5 a 9 de novembro de 1984 na cidade de Curitiba – o qual objetivou discutir o Programa de reorganização do ensino de 2º Grau (atualmente ensino médio).

A autora relata que se tinha a participação de toda a comunidade paranaense, por meio de discussões e reuniões sobre tal assunto, com a finalidade de formar “[...] um homem preparado para exercer a cidadania e, ao mesmo tempo, capacitado a uma continuidade de estudos” (Jornal da Educação, 1984, p. 8).

Em **“BARATEAR AS CONSTRUÇÕES: UMA DECISÃO DE NATUREZA POLÍTICA”**, Leopoldo Ostertog Berger mostra que, desde os primórdios da história, o ser humano trás consigo o anseio de construir. Com o passar do tempo, o homem foi transformando seu meio físico, desenvolvendo a economia de tempo, de espaço e de esforços de energia. Tais racionalizações aumentaram os custos, o que gerou preocupação. Contudo, até os dias atuais, tende-se a melhorar ideias para obtenção de bons resultados e maiores benefícios com o menor esforço. O autor relata que os interesses contrários prejudicam os bons resultados nos custos das

construções, todavia o desafio que se põe é a construção que se dá pela participação de todos e com ampla consciência comunitária.

No texto **“PRIMEIRO GRAU, ESCOLA DAS MAIORIAS”**, assinado por Manuel Nunes da Silva Neto, verifica-se a assertiva de que escola democrática devia ser o modelo de instituição adequada à maioria das crianças, especificamente, às que frequentavam a escola de 1º Grau, sendo esta escola aquela que abre as portas para o conhecimento, para o direito universal. Conforme o autor, a construção da escola democrática não demanda otimismo, ingenuidade, nem imobilismo, mas realismo, esperança e trabalho. Neto (1984) afirma que a escola mais rica não é necessariamente a mais democrática, não se devendo privar os pobres do exercício da democracia. Além disso, o autor pontua que a escola democrática resulta da atuação de todos os atores sociais.

Neto (1984) ressalta que a escola do povo defende a expressão de TODOS. A escola do povo é contra qualquer tipo de sistema ou prática de condicionamento. Contudo, acredita ser um desafio coletivo criar essa escola. Também afirma querer ajudar as crianças a serem tornarem homens vivos.

O artigo intitulado **“EDUCAÇÃO FÍSICA, UMA PRÁTICA EDUCATIVA”** e assinado por Carmem Lúcia Soares, parte da premissa de que a Educação Física é a expressão literal da discriminação e da marginalização daqueles que têm dificuldades de aprendizagem.

Segundo Soares (1985) a disciplina de Educação Física é vista como uma máquina de formar campeões, sendo o professor um técnico em potencial, na qual sua **“ÚNICA”** função dentro da escola é promover campeonatos e ganhar medalhas. Diante disso, a autora aponta ser necessário que o gestor da escola garanta aos alunos uma educação física que não seja caracterizada como **“prática pela prática”**.

Em **“PRÉ-ESCOLAR, A BUSCA DE NOVAS ALTERNATIVAS”**, Eloisa Candal Rocha trata sobre os problemas enfrentados pela educação Pré-escolar; a situação das pré-escolas escolares e; a alfabetização precoce das crianças de quatro anos.

Rocha (1985) evidencia a sua preocupação com as crianças pré-escolares, que estão sendo alfabetizadas aos quatro anos, fato que para a autora culmina no abandono da infância, de modo que a criança deixa de lado o **“direito à infância”**, o direito do ser infantil. Rocha (1985) também retrata o quadro brasileiro sobre o impacto que as escolas pré-escolares particulares causavam no ensino público e a precariedade que se encontravam.

A autora finaliza o artigo apontando a necessidade de uma definição quanto à efetividade do Programa de Educação Pré-Escolar no Paraná, suas prioridades e diretrizes, isso para que se pudesse responder à população e oferecer melhores condições de vida e educação à criança.

Raymundo Faoro, no texto **“CONSTITUINTE: A CONTSTITUINTE E A EDUCAÇÃO”**, discute sobre as definições da lei maior. O autor afirma que nem todas as expressões constadas na Constituição são verídicas ou estão sendo transpostas para a realidade, de modo que Faoro aponta: nem tudo que está escrito pode se acreditar ou se acomodar. E é exatamente onde parece não ser necessário mudar, é que reside a razão de maior mudança.

Quanto ao ensino, Faoro (1985) considera o mesmo sobre três bases: “a escola, o professor e o aluno apto, pela saúde e alimentação, para receber os benefícios da educação”. Na perspectiva do autor, cabia “unidades de ensino, tantas quantas satisfaçam as necessidades da população” (Jornal da Educação, 1985, p. 5). Para o autor era um “escárnio” que se pretendesse engendrar um sistema de ensino eficaz, sem que se valorizasse o professor.

Em **“CONSTITUINTE E EDUCAÇÃO”**, Nircélio Zobot trata sobre a proposta de mudança da escola (organização e disposição curricular), a qual se daria em um processo coletivo, histórico e social. O autor defende que a democracia resulta de esforço, de engajamento e da luta dos cidadãos. Portanto, Zobot apregoa a necessidade de suplantação dos entraves legais e institucionais que impedem o livre e aberto jogo democrático, sendo este necessário ao aperfeiçoamento da instituição escolar.

O artigo **“O CURSO DA ESCOLA NO CURSO DA VIDA”**, assinado por Manuel Nunes da Silva Neto, caracteriza o currículo como expressão de curso. Em suas palavras “[...] todas as pessoas descrevem existencialmente a sua trajetória. A história que a gente faz na escola é parte dessa trajetória de vida [...]”. (Jornal da Educação, 1985, p. 12). Nesse sentido, cabe à instituição escolar organizar-se para que a população tenha o direito de buscar e produzir conhecimento.

No texto **“NA EDUCAÇÃO O COMPROMISSO POLÍTICO É INDISPENSÁVEL”**, Gino Azzoli Neto relata sobre o compromisso político da Educação, já que acontece também na SEED, o vestibular, chamado de “vestibular de fogo”, pois, o candidato aprovado exerce cargos importantes como os de confianças por exemplo.

É nesse contexto que o autor descreve a existência de vários problemas educacionais, de modo a apontar que muitos profissionais da educação enfrentam processos administrativos

disciplinares, que causam penas disciplinares pela SEED, pelo fato de não serem honestos com seu próprio trabalho.

“**A ESTIMA CONSTITUCIONAL**”, assinado por Luciano Benévolo de Andrade, aborda assuntos correspondentes à Constituição, ressaltando sua superioridade com relação ao Código Civil, Código Penal e diversas outras leis que estão relacionadas diretamente à educação. O autor considera que de suma importância a participação efetiva do povo e que o este povo seja praticante de sua Constituição.

No artigo “**PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA LUTA CONTRA A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL**”, assinado por Nircélio Zobot, verifica-se a ideia de que a educação escolar pode favorecer a implantação de mudanças pretendidas na sociedade mediante um projeto político amplo e abrangente. Esse posicionamento da escola pode ocasionar dois imobilismos: o primeiro, diz respeito ao político, que corresponde ao quadro político-econômico de determinado momento histórico. O segundo, por sua vez, corresponde ao aspecto pedagógico, relacionado aos fatores intraescolares que, aliados aos fatores externos, reforçam e agravam o quadro do fracasso escolar.

No texto “**E PUR SI MUOVE: CECIPINHOS (OU O LÚDICO DA CIÊNCIA NA DEMOCRACIA CIVIL)**”, assinado por *Paulo Botas*, o autor defende a ideia de que os Cecipinhos são a magia de juntar, pelas bases, as várias seções da burocracia do Estado e os alquimistas leigos da sociedade civil (Jornal da Educação, 1985).

O artigo “**ALFABETIZAÇÃO: UM PROCESSO QUE SE PROLONGA POR TODA VIDA**” de Regina Leite Garcia, a alfabetização é compreendida como parte da realidade, não existindo, portanto, povo livre analfabeto (Jornal da Educação, 1985). Garcia (1985) pontua diferentes maneiras de como acontece a alfabetização e retrata que antes de se capacitar a criança à leitura das palavras, ela aprende a fazer outras leituras, através de seus sentidos, de modo que vai se “alfabetizando” (Jornal da Educação, 1985).

No artigo intitulado “**CRIANÇAS ONTEM, PROFESSORES HOJE**”, assinado por Paulo Botas, este aborda sobre o desafio do processo de democratização da escola. O autor considera ainda que a escola não é espaço aquisição de habilidades que servirão apenas para trabalho de nível baixo. Além dessas proposições, Botas considera que as ações de uma criança em torno de um brinquedo, podem ser visualidades de duas maneiras, por exemplo, quando ela troca a roupa da boneca, tira a rodado carrinho, entre outros. Esse movimento, do ponto de vista

de um adulto, é como um ato de “destruição”, sendo que para o olhar da criança, o mesmo movimento é visto como um ato de “criação”. O autor pontua que a sociedade capitalista veta a criação da criança, de modo que os sujeitos desenvolvem as “obrigações” e os “deveres” e reprimem a capacidade criadora.

No texto **“CUIDADO! ELEIÇÕES À VISTA”**, também redigido por Paulo Botas, o autor discute sobre as eleições para diretores das escolas. De acordo com Botas (1985), para que se efetive uma gestão democrática, faz-se necessário que se preze: por falar a verdade; por aprender a colocar “tudo na mesa”; por cumprir com as decisões definidas conjuntamente.

Em **“A REPRESENTAÇÃO DA LINGUAGEM E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO”**, Emília Ferreiro trata sobre a escrita como sistema de representação. Conforme a autora, a escrita pode ser compreendida como: uma “[...] representação da linguagem ou como um código de transição gráfica das unidades sonoras” (Jornal da Educação, 1985, p. 9). A autora do artigo relata que a distinção entre sistema de codificação e sistema de representação não é apenas terminológica. [...] Suas consequências para a ação alfabetizadora marcam uma nítida linha divisória (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1985, p. 9).

Télia Negrão, no artigo **“MÃE E ESPOSA: É A MULHER NA EDUCAÇÃO”**, discute sobre o papel da mulher na sociedade e na educação. Para a autora a mulher daquela época é vista como aquela que não ousa e que aguarda seu marido em casa enquanto o mesmo trabalha. A situação se agrava quando, nas escolas, há a distinção entre brincadeiras destinadas aos meninos e às meninas. Essa distinção estimula a criatividade e a expressão dos meninos e frustra e reprime a fantasia das meninas. Estas, por sua vez, serão as futuras mães, portanto, precisam receber noções de cuidados com criança, costura, corte, tricô e respeito ao futuro marido.

Para finalizar o artigo, a autora considera que é uma tarefa difícil, lançada aqueles que entendem a escola como formadora de cidadãos e cidadãs.

O artigo **“UM ANO DE TROCA DE ESPERANÇAS”**, assinado por Paulo Botas, trata sobre a repercussão dos seminários de formação para os professores. Botas (1985) afirma que participou algumas vezes dos seminários e que pôde perceber a esperança dos profissionais da educação, compartilhar críticas e alternativas para a educação no Paraná. O autor considera ser demasiadamente relevante que os profissionais da educação tenham uma formação mais

qualificada para que possam responder ao perfil dos seus alunos evidenciado no cotidiano escolar.

Botas (1985) considera educação como o meio para a formação cidadã, sendo esta, pois, um grande desafio à tão sonhada democratização da escola. O autor aponta a necessidade de uma educação livre, sem receios, na qual os professores paranaenses encontram-se integrados a essa liberdade, de modo a buscarem a participação dos cidadãos.

No artigo **intitulado “TRABALHO E PARTICIPAÇÃO, CAMINHO PARA A IGUALDADE”**, assinado por Télia Negrão, a autora aborda a questão da participação política das mulheres na sociedade e da integração das professoras no processo de eleição, sendo este um importante avanço para a melhoria da educação. Com relação à democratização da escola, a Negrão afirma que constitui-s na “[...] busca de novas alternativas para que [as] crianças cresçam defendendo a igualdade entre homens e mulheres” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1986, p. 3).

Lia Vargas Tiriba e Gilson Carlos Sant’Anna, em **“QUEM TEM MEDO DOS CONTEÚDOS EDUCACIONAIS?”**, abordam sobre um dos grandes problemas da educação brasileira daquela época, principalmente paranaense: o modo com que os conteúdos, as informações, os símbolos, os valores estavam sendo ensinados e como se dava a relação professor/aluno diante do exposto.

Os autores retratam a situação de duas teorias pedagógicas, sendo elas: a Tradicional e a Escola Nova. Para Triba e Sant’Anna esta superou a primeira, de modo que foi incorporada nas escolas. Todavia os autores ressaltam que naquele período as duas ainda carregavam grandes discussões entre educadores e autores, assunto esse que confundia a perspectiva de muitos profissionais da educação. Com relação à função do educador, os autores afirmam: o papel do educador comprometido com a transformação social é de criar espaço para a apropriação, desapropriação e reapropriação do saber. (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1985, p. 3).

No artigo **“VAI COMEÇAR DE NOVO, VAI VALER A PENA...”**, assinado por Nircélio Zabet, o autor tece considerações acerca do início do ano letivo, do “volta às aulas” da garotada. Zabet afirma que sozinho o educador não consegue “dar conta do recado”, sendo necessária a participação de todos, de toda a equipe escolar, para que se obtenham grandes avanços durante o ano letivo.

Em **“QUANDO O QUE ACONTECE NAS ESCOLAS INTERESSA AOS PAIS”**, *Paulo Bragatto Filho*, pontua e agradece sobre uma carta recebida pela escola, vinda de uma

mãe, que, em sua simplicidade, demonstrou sua satisfação pelo trabalho realizado pelos educadores:

Quero dar os meus parabéns, a todos os professores que tiveram a brilhante ideia de publicar o *Jornal da Criança*. Pois é uma grande forma das crianças se interessar em expressar seus interesses pela literatura (trechos carta da mãe: Aparecida).

O autor ainda considera a importância da literatura nas escolas, e nesta escola em especial, reconhecida no artigo e parabenizada, chamada “Mirazinha Braga”, “os professores procuram investir na imaginação, na criatividade, no pensamento e na expressão das crianças tornando-as aptas não apenas a repetir as coisas” (*Jornal da Educação*, jan./fev., de 1986, p, 11).

Antônio João Mânfió, redator do artigo “**A FUNÇÃO DE LIDERANÇA COMUNITÁRIA DO DIRETOR**”, deslinda sobre a função do diretor na escola e que a mesma, diferentemente do que se vinha vendo naquele momento, cabia a esse agente educacional agir como um agente do desenvolvimento comunitário. O autor ainda aborda sobre democracia e explica que a mesma não se restringe aos ritos eleitorais, sendo a democracia o exercício da cidadania dos indivíduos nos assuntos concernentes à vida coletiva (*Jornal da Educação*, 1986, p. 12).

O artigo intitulado “**ECONOMIA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA**”, assinado por *Teófilo Bacha Filho*, verifica-se a ideia de que a educação carecia de mudança de mentalidade. O autor afirma que a participação social constitui-se em uma demanda que desatada, rompem com velhos esquemas demagógicos ou autoritários. De acordo com o autor a cidadania recém-descoberta não poderia esgotar-se na fiscalização do congelamento de preços ou a obediência às lutas da **SUNAB** (*Jornal da Educação*, 1986).

O texto “**RATOS E CRIANÇAS, UMA EXPERIÊNCIA REVELADORA**” de *Mariella Righini*, publicado em um jornal científico, chamado “*Le Nouvel Observateur*”, relata a experiência de uma instituição de ensino em que raramente existiam alunos indisciplinados ou aqueles denominados de “maus” alunos. Com relação à indisciplina a autora afirma que são os professores os autores da maior influência sobre seus alunos.

Em conclusão, Righini aponta que a principal condição para que o aluno tenha bons resultados é a confiança que o professor deposita no mesmo, ação essa que, para a autora, seria a reforma mais econômica de se chegar à escola que tanto a sociedade sonha, entretanto, a mais difícil de ser aplicada.

No artigo **“A EDUCAÇÃO FÍSICA E A MULHER”**, Marco Antonio Moraes Sarmiento pontua sobre a discriminação do corpo feminino. De acordo com o autor, a mulher encontra-se na classe oprimida, sendo utilizada como um dos objetos para instigar o consumismo. Portanto, Sarmiento assinala a necessidade da concepção social sobre o corpo feminino ser transformada. Para tanto, a concepção vigente na época carecia ser questionada e discutida, principalmente nas escolas, espaço no qual, por raízes históricas, permeiam preconceitos sobre o corpo da mulher (Jornal da Educação, 1986).

O artigo intitulado **“COM A PALAVRA, O ESTUDANTE”**, assinado por Marlus Humberto Geronasso, um estudante – pontua que a organização estudantil enfrentava um período delicado, no qual o estudante já havia se acostumado com o fato de acomodar-se e sempre dizer “sim” a tudo. Geronasso (1986) afirma que os estudantes do Paraná, deveriam, “[...] a cada “novo dia”, tentar, buscar, conquistar, e, transformar a Educação melhor e mais abrangente e, mais consistente em seu real valor para um País jovem e que está crescendo.” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1986, p. 9).

Em **“SOCIEDADE INJUSTA AFASTA ALUNO DA ESCOLA”**, Nircélio Zobot aborda sobre a evasão escolar – na época considerada uma atitude antidemocrática e injusta –, a qual desfavorecia os alunos por suas condições financeiras e potenciais. O autor evidencia que “[...] Governo e professores não podem, em hipótese alguma, estar insensíveis à triste situação socioeconômica do povo, responsável em grande parte pela evasão escolar.” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1986, p. 11).

Em **“CONSTITUIÇÃO E CONSTITUINTE”**, Hermógenes Lazier pontua que 1986 foi o ano da Constituinte e que as eleições desse ano foram relevantes. O autor considera ainda que cada eleitor devia pensar bastante antes de votar, já que o voto determina os rumos do Brasil. De acordo com Lazier (1986), o Brasil daquele período ansiava por um futuro mais humano, democrático, progressista, justo, de modo que O futuro do país dependia mais de um povo consciente e organizado do que da vontade política dos governantes (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1986).

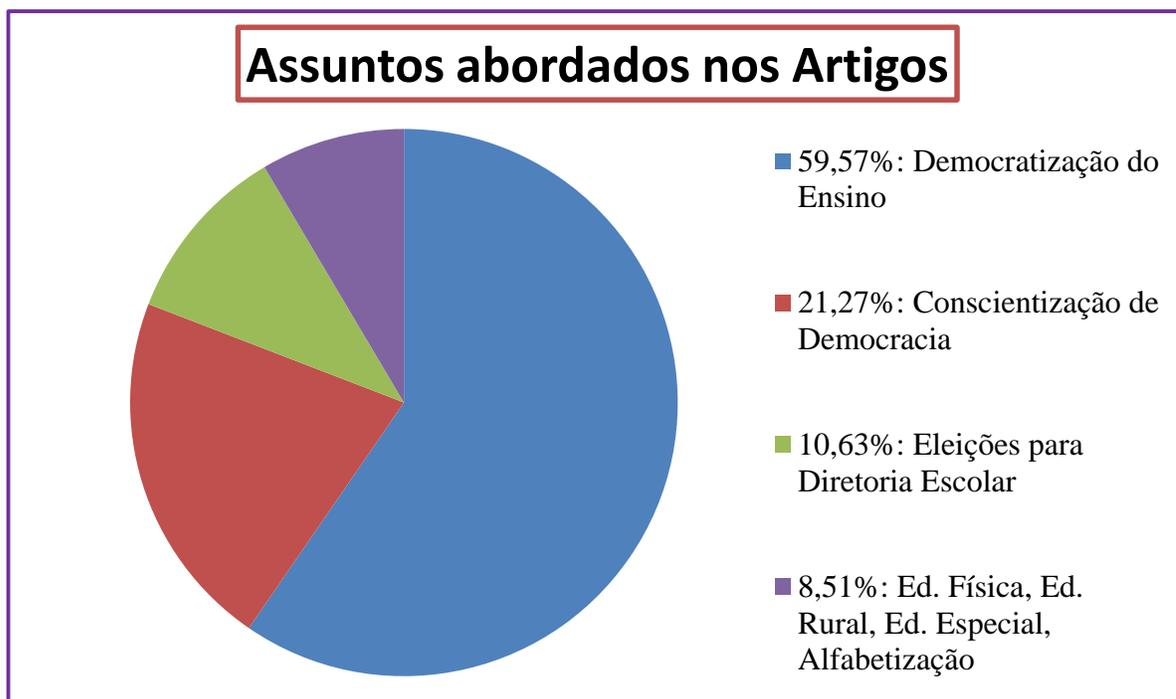
No texto **“QUEM TEM MEDO DA POLÍTICA ESTUDANTIL?”**, Teófilo Bacha Filho traça linhas de ações que, segundo ele, ampliariam a participação dos estudantes no processo educativo das nossas escolas. O autor relata que “[...] impedir a participação política dos jovens, temer seus movimentos de organização é castrar a vitalidade cívica de todo o povo. A

verdadeira escola dos homens públicos sempre tem sido o movimento estudantil.” (Jornal da Educação, 1986, p. 6). Além disso, Bacha Filho considera que o educador tem o direito não apenas de sonhar, mas de transformar esse sonho em realidade.

Maria do Carmo M. B. Rolim, em **“EDUCAÇÃO RURAL, UM GRANDE DESAFIO”**, pontua que, naquele momento histórico, a população rural começava a demandar uma escola eficiente. Nesse cenário o conhecimento da situação de vida e de trabalho da população rural, passou a ser um grande desafio. A autora do artigo relata que a educação rural foi prioritária uma vez que se centrou em um “[...] grande contingente populacional que, nos últimos anos, não teve condições de melhoria de vida e de trabalho, sofreu modernizações do campo e sua inserção na economia industrial” (Jornal da Educação, 1986, p. 9).

Por fim, o artigo intitulado **“CONSTITUINTE NA ESCOLA”**, assinado por Nircélio Zobot, trata sobre a participação crítica e consciente de todos, seja na Constituinte, seja nos regimentos escolares. Tal participação demanda: vontade política e abertura de canais e espaços para que todos expressem, de forma livre e crítica, suas posições e propostas na formulação dos novos rumos que a comunidade pretende palmilhar. (Jornal da Educação, 1986, p. 6).

Gráfico 1 – Assuntos abordados nos artigos: aproximações temáticas



Fonte: Jornal da Educação

Dos 47 artigos analisados pelo critério de assinaturas, 28 tratam especificamente sobre a democratização do ensino, ou seja, acerca de um ensino melhor para todos, o qual abarca crianças de rua, pessoas que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos, entre outros. Ressalta-se que a ênfase na democratização da educação, que se impunha por parte dos idealizadores do Jornal da Educação, como se pode verificar pelos 59 % dos artigos assinados no Jornal da Educação no período de 1983 a 1986. Para além da democratização, 21,27% dos artigos pretendiam conscientizar os leitores sobre o significado da palavra “democracia”.

Destaca-se que 10,63% dos textos expressam o intuito da SEED em chamar seus leitores para as eleições nas escolas, já que naquele período, iniciava-se as diretas já, as eleições para futuros diretores das escolas. Por fim, 8,51% dos artigos abordam sobre assuntos gerais como: a disciplina de Educação Física, a educação rural, a educação especial, entre outros. A esses assuntos verifica-se menor ênfase com relação aos demais, fato que não significa que a proposta democrática não esteja incluída nesses textos. Ao contrário, ressalta-se que em todos os artigos foi possível identificar a intenção por parte da SEED de impor à sociedade seus ideais democráticos.

3.2 Autores que assinaram os artigos do Jornal da Educação

Com o intuito de identificar os autores que assinaram artigos no Jornal da Educação, elaborou-se uma tabela, a qual informa o nome de tais autores, a quantidade de artigos publicados e também a formação de cada um deles. Essas informações podem ser visualizadas no **quadro 2**.

Quadro 2 - Autores que assinaram artigos no Jornal da Educação

AUTORES	PUBLICAÇÕES	FORMAÇÃO
<i>Nircélio Zobot</i>	7	Na época, assessor da Fundação Cultural de Curitiba, já possuía Doutorado em Filosofia pela Universidade de Paris e participava como docente dos seminários promovidos pelo Cecip//PR.
<i>Paulo Botas</i>	4	Ex-secretário de Educação de Lajes (SC), na gestão Dirceu Carneiro, foi Diretor do Departamento de Ensino de Primeiro Grau. Da SEED, e também era um dos colaboradores do “Jornal da Educação”.
<i>Manuel Nunes da Silva</i>	3	Professor, Coordenador de Bem Estar Social da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, colaborador do Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná (Cetepar), órgão da Secretaria da Educação.
<i>Carmem Lúcia Soares</i>	2	Professora de Educação Física e Chefe de Coordenação de Educação Física da SEED
<i>Maria do Carmo M. Brandão</i>	2	Formada em Sociologia, com Mestrado pelo IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Fonte: Elaboração própria.

4 EDITORIAIS EDUCACIONAIS: O QUE QUEREM COMUNICAR?

Neste capítulo especifica-se a seção *Editorial*, um desdobramento do Jornal da Educação, publicados na década de 1980. O periódico teve seus exemplares anunciados pelo jornal, em período bimestral, durante três anos e meio, de 1983 a 1986. No total foram investigados 17 *Editoriais*, o que indica que cada exemplar do Jornal, distribuído pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), teve um *Editorial* publicado.

EDITORIAL Nº 1

O Editorial de número um tem como tema/título, uma frase marcante – “**COMUNICAÇÃO, BASE PARA DEMOCRACIA**”. Para justificar tal frase, convém definir as palavras *Comunicação e Democracia*. Conforme visitado o dicionário, a primeira por sua vez, diz respeito à “informação; participação; aviso” ou até mesmo “*Prática ou campo de estudo que se debruça sobre a informação, a sua transmissão, captação e impacto social*”.

Neste primeiro editorial, é afirmado que o Jornal da Educação nasceu para assegurar a proposta de democratização do Paraná, de modo a ser um elemento importantíssimo nesse processo, juntamente com a comunicação, a comunidade escolar – professores, pais e funcionários – e os organismos governamentais.

Destarte, destaca-se que a COMUNICAÇÃO foi uma prática discursiva e estratégica, sendo que a Secretaria de Estado da Educação (SEED) acreditava que seria a impulsionadora da DEMOCRACIA. Convém aqui citar o Editorial de número um na íntegra, para melhor compreensão:

O JORNAL DA EDUCAÇÃO nasce com a proposta de desempenhar um papel importante na democratização do ensino do Paraná, com vistas à substancial melhoria de sua qualidade. A Secretaria da Educação, no entanto, pensa que só será possível democratizar o ensino, entre outras coisas, e acima de tudo, através de instrumentos – como pretende ser este jornal – capazes de garantir amplos, variados e fluidos canais de comunicação entre a comunidade escolar – professores, pais e funcionários – e os organismos governamentais. Dentro de uma nova proposta de Governo – como é a do PMDB no Paraná – a comunicação surge como uma espécie de suporte indispensável para a execução do processo democrático. Este jornal não resume todo o projeto de comunicação entre a Secretaria da Educação e a comunidade que, na verdade, haverá de se

ramificar por todos os inumeráveis meios que a criatividade for capaz de sugerir. Mas, seguramente, ele representa um eixo fundamental do processo, que estará realizado se conseguir, ao longo de sua existência, e com a colaboração sistemática dos seus leitores, sepultar de vez todo o teor laudatório, mistificador, estimular o espírito crítico, a convivência democrática e um crescimento comunitário decorrente do exercício cada vez mais plano da cidadania, aplicada, neste caso, na busca de um ensino verdadeiramente democrático, nacional e popular (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. I, 1983a, p.1).

EDITORIAL Nº 2:

O editorial de número dois teve como título a frase: **“O PROBLEMA É POLÍTICO”**, tão impactante quanto o primeiro, pois trata da questão de a educação brasileira ser um problema político. Incidiu-se que o modelo concentrador desenvolveu-se com base em uma educação elitista e que decorreram os problemas mais graves enfrentados naquela época.

Diante disso, a busca para a resolução do problema, sendo este político, por conseguinte, seria política, ou seja, mais uma vez os editores afirmam e reafirmam como alternativa o Projeto Democrático para o Paraná:

Se o problema básico é político a solução obviamente será política. Quer dizer: como alternativa ao projeto tecnocrático, coloca-se na mesa o projeto democrático. Será neste nível que as principais questões educacionais serão discutidas e resolvidas (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. II, 1983a, p.3).

Essa ‘solução’ política para a Educação brasileira passaria por uma série de fatores como:- organização política dos segmentos sociais da escola – afirmação social e política dentro e fora do contexto escolar, entre outros.

Assim, conforme os editores do Jornal, os efeitos de tais mudanças dependeriam da “[...] associação ao esforço global de mudança, buscando um modelo político que possa produzir uma nova Educação” (Paraná, 1983, p.3).

EDITORIAL Nº 3

O Editorial de número três – **“LIBERDADE PARA AGIR”**, trata sobre uma determinada crítica à tecnocracia, considerando que a mesma rompe com a ideia de “democracia”, de modo a estabelecer um controle na sociedade e eliminando a oportunidade de participação da comunidade. Tecnocracia, significa uma *“Forma de governo que tem as suas raízes na ciência. É de fato, mais uma tecnologia do que uma ideia política”*¹. Para os editores do Jornal, essa tecnocracia instalou o reino da apatia, da ausência de crítica, covardia intelectual, pobreza de ideias, entre outros fatores (PARANÁ, 1984).

Em apoio ao Projeto Democrático, os editores do Jornal, consideravam que, com a efetivação do mesmo, as pessoas teriam diante de si o desafio de enfrentar profundas sequelas que autoritarismo havia deixado na sociedade. Neste sentido:

[...] O projeto democrático, para tornar-se viável, exige sobretudo liberdade, iniciativa, criatividade, ousadia para mudar, coragem para avançar, idéias, soltas. É indispensável que se rompa o comportamento burocrático. Isso vale para todos os que participam da comunidade escolar. A escola não deve ser a mesma. [...] Para tanto, cada qual deve assumir, conscientemente, a efetiva liberdade para criar e agir [...] (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. III, 1984a, p.3).

EDITORIAL Nº 4

O Editorial de número quatro foi intitulado **“UMA REFORMA PARA COMUNICAR MELHOR”**. No ano de 1982 o Jornal passou por um processo de mudanças, que alterou sua forma – tamanho e quantidade de páginas, ou seja, o periódico ganhou uma nova fisionomia tanto no aspecto visual, até seu aspecto redacional.

O Jornal propunha tornar-se um “[...] veículo mais ágil, comunicativo, dinâmico, abrangente” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. IV, 1984a, p.3). Também propunha ser mais eficaz no que diz respeito à área educacional, bem como abranger variados assuntos.

¹ Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/tecnocracia/1695/>. Acesso em 5 de abril de 2013.

De acordo com os editores/organizadores do Jornal, que no caso diz respeito à SEED, as reformas implantadas ampliariam a democracia, visto que não participariam apenas os dirigentes e funcionários da Secretaria de Educação, mas ‘ganhariam espaço’ professores representantes do Paraná em geral. Com o propósito de ‘distribuir conhecimento’, o jornal seria a “esperança”, no processo de democratização da educação vivido no Paraná de 1980. (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. IV, 1984a, p.3).

EDITORIAL Nº 5

Este exemplar do editorial – **“O JORNAL CRESCE COM A PARTICIPAÇÃO DOS ELEITORES”** – foi lançado no segundo semestre de 1985. Ele traz uma novidade para os leitores do Jornal, neste novo modelo, o tabloide passou a ter 12 páginas – quatro páginas a mais que o anterior – representando para os organizadores do jornal, uma vitória, visto que o mesmo era um órgão de comunicação educacional, “[...] já que representa uma sensível ampliação com cartas, críticas e sugestões que permitiram ao jornal alargar seu leque de abordagens” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. V, 1984a, p.3). Os organizadores do Jornal acreditavam que a participação dos leitores era de fundamental importância, pois mediante a utilização e a exploração do jornal, os leitores estariam cumprindo o “[...] papel significativo de veiculador de idéias, comentador de debates, mediador de experiências” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. V, 1984a, p.3).

Nesse sentido, a SEED sugeriu aos diretores e professores da rede escolar que fixassem o jornal em murais nas escolas, para que a leitura pudesse ser coletiva, de modo a propiciar a livre circulação do jornal. Também foram ‘sugeridos’ a realização de conversas e debates, a ‘reflexão’ sobre determinada matéria de interesse, entre outras.

Com relação a este editorial como um todo, destaca-se para os leitores uma matéria realizada com um educador mineiro, que relata sobre sua experiência educacional no Estado de Minas. Os organizadores do Jornal acreditaram ser relevante veicular um dos textos do Professor Neidson Rodrigues (autor da matéria), visto que eles “[...] poderiam dar margem a reflexões de significativa importância entre os professores paranaenses, também preocupados com os rumos da Educação” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. V, 1984a, p.3). Essa matéria foi publicada na sexta página do Jornal da Educação.

Os editores do periódico garantem

trazer contribuições desta natureza, de forma que possamos, gradualmente, ganhar uma visão geral do programa educacional brasileiro, dentro do qual estamos referidos e pelo qual somos implacavelmente influenciados. Se acaso conseguirmos tornar este jornal um tabuleiro de reflexões sobre problemas desta ordem, e do livre curso à diversidade de idéias existente entre os leitores, estaremos plenamente gratificados (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. V, 1984a, p.3).

EDITORIAL Nº 6

Este editorial foi publicado no período/mês de setembro/outubro de 1984, teve como título “**A OPORTUNIDADE HISTÓRICA PARA MUDAR A EDUCAÇÃO**”. No primeiro parágrafo do editorial a fonte dos problemas educacionais no Brasil foi colocada em questão, sendo estes referentes ao campo político, juntamente com o modelo tecnocrático em vigência.

Em seguida, o editorial aponta que o processo de superação presidencial que estava em discussão, pretendia trazer esperanças de mudanças numa série de impasses que vinham ferindo a educação. Além disso, é pontuado no decorrer do editorial que no ano de 1984 houve a “[...] participação popular nas ruas forçando uma solução nacional que efetivamente atendesse aos seus interesses mais sentidos” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. VI, 1984a, p.3). Na sequência os editores explicitam que:

O fato do País, por razões cuja análise não cabe aqui, encaminhar-se para a sucessão presidencial por caminhos que não os da eleição direta, não suprime a necessidade da participação popular. Ao contrário, exigem-se muito mais, pois somente com ela será possível dar ao novo governo rumos que convirjam para o atendimento das reivindicações das amplas camadas do povo (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. VI, 1984a, p.3).

É nesse aspecto que, segundo os editores do Jornal, o professorado não poderia fraquejar no conhecimento dos acontecimentos nacionais importantes, que era de fato, uma oportunidade única para a construção de uma sociedade melhor. Era o momento então de se ocupar o ‘espaço’ que lhes era propiciado, no caso, as eleições diretas, sob a perspectiva de “[...] alinhar as bases de um programa democrático e nacional para a educação brasileira” (PARANÁ, 1984).

EDITORIAL Nº 7

O editorial de número sete foi publicado no mês de novembro/dezembro de 1984 e foi intitulado “**PROFESSOR PARANAENSE NÃO PODE FICAR ÓRFÃO DE BANDEIRA DE LUTA**”. Neste, os redatores apontaram a situação econômica e salarial do professor paranaense. Conforme os editores do jornal, o professorado paranaense estaria em melhor situação salarial do que os professores do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, os organizadores do Jornal pontuaram que o professorado, mesmo que estivesse à frente de outras regiões/Estados, no que se refere a reivindicações, fazia-se mister que os professores levantassem a bandeira, pois a luta dessa categoria inseria-se não apenas no campo de reivindicação econômica, mas também, política. A fonte dos problemas educacionais era totalmente política, afirmava a SEED. Portanto, era preciso avançar, assumindo assim:

Um comportamento político amplo, sem corporativismo, o magistério manterá em suas mãos bandeiras do mais alto sentido democrático e patriótico, saberá comportar-se politicamente, expressar seus interesses fazer as alianças necessárias, avançar e recuar quando necessário, enfim, estará maduro para pôr-se de pé num instante historicamente importante do nosso País (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. VII, 1984a, p.3).

EDITORIAL Nº 8

Iniciando o terceiro ano de vida do Jornal da Educação, o editorial de número oito, foi publicado no mês de janeiro/fevereiro de 1985, teve como título “**OCUPAR OS ESPAÇOS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA**”. Neste, foi possível detectar semelhanças com os assuntos abordados no editorial de número seis, já que os dois alertavam os professores sobre ocupar seu espaço, no que tange aos assuntos como: eleições, sendo estas, presidenciais; escolares, entre outros. Para tanto, foi promovida nas escolas, a “Semana Pedagógica” – momento em que os professores da rede pública paranaense, discutiam/debatiam o lançamento da campanha “Educação e Constituinte”. Como afirmava a Secretaria da Educação, essa campanha estava ligada ao processo de modificação dos regimentos escolares.

Assim, a SEED entendia que:

Educadores e educandos devem tomar parte na maratona de mudança, pois reside nesta atitude de participação, a fonte mais rica da formação e do desenvolvimento pleno da cidadania. Que nos dias da “Semana Pedagógica” e ao longo da campanha “Educação e Constituinte” que deverá percorrer todo o ano de 1985, desembocando nas eleições diretas para diretores escolares, possamos dar o melhor de nós em favor da democracia e da educação (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. VII, 1985a, p.3).

EDITORIAL Nº 9

O Editorial de número nove, com o título **“PREPARAR A CONSTITUINTE E DISCUTIR A DEMOCRACIA”**, foi publicado no mês de março/abril de 1985. Este aborda sobre a Assembleia Nacional Constituinte, a qual exigia do povo brasileiro a coletividade nas discussões a respeito dos problemas mais agudos na educação.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), esse projeto visava o desenvolvimento político, social, econômico e cultural do Brasil, desse modo, a SEED enfatizava a participação dos professores e da comunidade escolar.

Professores, alunos, pais, funcionários das escolas têm, diante de si, excelente oportunidade para, examinando com atenção a realidade educacional em que vivem, alinharem propostas a serem pensadas à Constituinte, e que possam significar soluções em profundidade rumo à uma Educação com marcadas características nacionais, democráticas e populares (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. IX, 1985a, p.3).

Os editores do Jornal, afirmavam que a Constituição consistia em um espaço de discussão acerca dos fundamentos de uma sociedade democrática, de modo que se fazia necessário diferenciar AUTORITARISMO e DEMOCRACIA. Além disso, conforme a SEED, os conceitos democráticos deveriam ser incorporados, para que se tornasse uma prática cotidiana.

EDITORIAL Nº 10

Este editorial – **“A NOVA REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO PARA TODOS”** – foi publicado pela Secretaria de Estado da Educação no Jornal da Educação, no mês de maio/junho de 1985, sendo seu assunto referente a ambiciosa intenção de universalizar a educação básica do País, mediante a implantação do Programa “Educação Para Todos”, lançado em 31 de maio de 1985, durante o mandato da Presidência de José Sarney,

A Secretária de Educação, que na época era Gilda Poli Rocha Loures, acentua a importância deste programa, e também pontua sobre o documento “A Carta de Curitiba”, documento esse que discorre sobre os princípios norteadores da Política Nacional da Nova República. Assim, para os redatores do editorial, o programa “Educação para todos”, representaria para a sociedade, uma revalorização da educação e significaria:

[...] uma resposta ágil do Ministério da Educação ao que foi reivindicado pelo secretários estaduais de educação reunidos em Curitiba, no início de fevereiro, em seu Foro Nacional. Naquela ocasião, os dirigentes educacionais elaboraram um documento intitulado “A Vontade Política de Mudar”, também conhecido como a “Carta de Curitiba”, em que alinham os princípios básicos que “deverão nortear a Política Nacional da Educação da Nova República”. (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. X, 1985a, p.3).

Ressalta-se que, naquele momento, a SEED destacou a necessidade de os professores repensarem a educação, de modo a identificar seus desafios e a garantia a sua universalidade, a “sua natureza democrática.” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. IX, 1985a, p.3).

EDITORIAL Nº 11

Em sua 11ª edição, o Jornal da Educação trouxe em seu editorial o título **“EDUCAÇÃO PARA TODOS: COMPROMISSO INADIÁVEL DA NOVA REPÚBLICA”**. Este, publicado no mês de julho/agosto de 1985, assemelha-se ao publicado anteriormente por dois motivos: primeiramente por seu título e, posteriormente, por abordar conteúdos idênticos.

Assim, os editores do Jornal da Educação discutiam novamente sobre as eleições para diretores, a Constituinte, a universalização da educação básica no País, entre outros assuntos.

Verifica-se que, insistentemente o periódico reafirmava a ideia de que o professor deveria ocupar seu respectivo espaço na sociedade, bem como refletir e ter posicionamento político quanto aos acontecimentos educacionais em evidência no país.

Para assegurar e reforçar seu discurso, a SEED utilizou-se de palavras/frases como: ter “vontade política de alterar a difícil situação em que se encontra a escola pública”; “mudanças urgentes no setor educacional”; “esperança”; “aclamação” em forma, claro, de convocação (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XI, 1985a, p.3).

EDITORIAL Nº 12

Na 12ª edição do Jornal da Educação - “**O PASSADO NÃO REQUER SAUDADE**” –, publicada em setembro/outubro de 1985, **verifica-se o** destaque das campanhas realizadas nesse ano, as quais se constituíram em momentos de grande significação para o Brasil. Campanhas como *Educação e Constituinte*; *Mudanças dos regimentos escolares*; *o Dia D* apontam para o início do processo de eleições para diretores nas escolas.

Tratava-se fundamentalmente de uma Programação liderada pelo Governo José Richa, o qual pode ser mais bem entendida por meio de trechos do editorial, que explicita:

[...] um curso de alterações inaugurado em março de 1983 pelo Governo José Richa, cujo eixo fundamental é tornar a educação objeto das preocupações e, sobretudo, da ação de todo o povo. O povo, de fato, tem sido conclamado a participar da escola, influir nela, examinar seus problemas, exigir soluções. Para tanto, a Secretaria da Educação tratou de eliminar toda a legislação restritiva a respeito da presença e da atuação dos pais no âmbito escolar, incluindo neste gesto de democratização a liberdade de expressão e organização para professores e alunos (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XII, 1985a, p.3).

Em contrapartida, os organizadores do Jornal fazem uma crítica aos professores que ainda não haviam incorporado a “natureza democrática” em suas práticas. Também se opõem aos que consideravam essa “NOVA ATITUDE DEMOCRÁTICA” como anarquista – visto que professores, alunos, pais, passariam a ter voz nas decisões/ações escolares.

Destarte, a SEED considerava que a vida escolar tornar-se-ia muito mais “[...] criativa, participativa, consciente, instigante” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XII, 1983a, p.3). sepultando de

vez, a “[...] ordem, a mesmice autoritária e repressiva que amordaçava professores no passado” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XII, 1985a, p.3).

Ao retomar-se o título e atrela-lo com o texto escrito no editorial, verifica-se novamente o discurso enredado pela SEED de que “Não há porque ter saudade do passado” ou mesmo, que “[...] o único caminho para se construir uma escola crítica e cheia de energia, consiste na palavra “DEMOCRACIA”, o exercício da mesma, a incorporação, e as práticas esperadas diante dessa nova postura” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XII, 1985a, p.3).

EDITORIAL Nº 13

Em sua última publicação do ano de 1985, mês de novembro/dezembro, o Jornal da Educação, teve em seu editorial o título **“COMUNICAÇÃO EM FAVOR DA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA”**. Os organizadores do Jornal preparavam os leitores para ingressarem em seu quarto ano de existência. Assim, foram retomados alguns pontos do Jornal – desde o seu início, em 1983, até aquele momento, 1985 –, como por exemplo, as eleições para diretores nas escolas públicas do Paraná, as chamadas *Diretas Já*. Também pontuam que o desafio do Jornal foi o de “[...] produzir um veículo de comunicação estatal sem o ranço do oficialismo acrítico” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XIII, 1985a, p.3). Os organizadores do Jornal buscavam transmitir, de modo sério, crítico e fértil, as ideias educacionais, para que o professorado paranaense tivesse em suas mãos um material raro, de grande valor para seu trabalho cotidiano. Aos poucos, começaram chegar à redação do jornal, “[...] experiências, propostas, visões educacionais” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XIII, 1985a, p.3). Na verdade, se tratava do ‘retorno’ do Jornal, de acordo com as ações pretendidas da SEED naquela época. Desse modo,

O “Jornal da EDUCAÇÃO” foi um instrumento valioso na implementação da atual política educacional. Impôs-se por sua qualidade gráfica e editorial, por sua tiragem expressiva – atualmente 70 mil exemplares – por sua coragem ao enfrentar, sem preconceitos, a realidade educacional, por seu discernimento em situar a ação da Secretaria da Educação do Paraná e da comunidade escolar do Estado dentro de uma perspectiva política, nitidamente voltada para a democratização do País, para o avanço rumo a uma escola de conteúdo nacional, popular (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XIII, 1985a, p.3).

Como se pode observar o objetivo central do jornal é apregoar um discurso em prol da democracia, de modo a afirmar estar preocupado com “circulação de ideias”, sendo estas a base para o processo educativo e democrático. As palavras norteadoras da última frase deste editorial foram: “sonhos”, “sociedade livre”, “justa” e “amado País”.

EDITORIAL Nº 14

O primeiro editorial de 1986, publicado em janeiro/fevereiro pelo Jornal da Educação, intitulado **“TRANSFORMAR AS ESPERANÇAS EM REALIDADE”**, permite a reflexão acerca do que devia se tornaria realidade.

Os organizadores do Jornal, novamente, consideraram que o desastre da educação se mantinha pela implantação do modelo tecnocrático e autoritário no Brasil, como também que a fonte dos problemas educacionais estava no campo político. Diante de tal afirmação, podemos questiona-se sobre quais eram as fontes dos problemas e quais foram as soluções encontradas.

A SEED insistia em afirmar que se fazia mister superar o passado e incorporar o “novo”, cabendo ao professorado ocupar seu espaço, de modo a estar presente nesse momento de grande repercussão no País: a participação na Assembleia Constituinte.

As palavras “Esperanças”, “Fé”, “Sonhos” e “Desejos”, novamente caracterizam o discurso do jornal, como se pode constatar nos trechos abaixo:

As esperanças que temos alimentado, e que tem sido, nos últimos anos, um lenitivo para as nossas vidas, não se transformarão em mudanças concretas por atos de fé, apenas por desejos ou sonhos que sejamos capazes de acalentar, mas por iniciativas claras e firmes no sentido de juntar em nossas mãos a decisão sobre o nosso destino (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XIV, 1986a, p.3).

EDITORIAL Nº 15

O editorial de número 15, publicado no Jornal da Educação no período de março/abril de 1986, teve como título: **“UMA ESCOLA NO RUMO DAS MUDANÇAS”**. Neste editorial há, novamente, discussões positivas sobre a atuação do Governo José Richa no campo educacional, que trouxe mudanças políticas nos aspectos sociais e econômicos, sendo estas, percebidas pela grande massa do povo. Além disso, há discussões referentes à falência da escola em liderar tais

transformações, de modo que no editorial consta a seguinte informação: a educação na sociedade não tem forma autônoma, está integrada ao projeto político de curso.

Diante disso, a meta de uma escola democrática, que “anima os sonhos” dos democratas deste país, passaria também, pela democratização de outros aspectos, tais como: saúde, renda, segurança, entre outros. Portanto, durante sua existência, o Jornal, com relação ao campo educacional e sociedade, propõe:

[...] buscar soluções para seus gravíssimos problemas não apenas num debate e numa investigação interna, numa reflexão e ação intramuros, mas, sobretudo fora, no campo da sociedade que, cada vez mais, passa a discutir seus problemas e procurar alternativas (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XV, 1986a, p.3).

Novamente, os editores do Jornal retomam sobre as campanhas lançadas durante os anos de existência do Jornal – como, por exemplo, “*Educação e Constituinte*”; “*Dia D*”; “*Mulher e Educação*”. Tais programas objetivaram “[...] fazer com que a comunidade escolar passasse a exercer com plenitude sua cidadania” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XV, 1983a, p.3). A SEED também pontua sobre o “Amor à Pátria, capaz de produzir ações significativas em prol da democracia, tornado efetiva uma ‘atitude cívica permanente’.” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XV, 1985a, p.3).

EDITORIAL Nº 16

Em sua penúltima publicação, o Jornal da Educação, trouxe no editorial “**AS MUDANÇAS INTERESSAM A TODO O NOSSO POVO**”, que foi publicado no mês de maio/junho de 1986. No primeiro parágrafo desse editorial, percebeu-se que há semelhanças de conteúdo com anterior, o de número 15. Nele os redatores reabordam o elo entre a democratização da escola e os demais âmbitos democráticos – como, saúde, renda, habitação, entre outros. Essa democratização escolar envolvia todos os segmentos da escola.

Neste sentido, fazia-se necessário o envolvimento de todo o povo brasileiro e não apenas de uma parcela da população. Os brasileiros que se uniram foram denominados de agentes e beneficiários do progresso social. Essa união do povo foi de fundamental relevância para as

transformações sociais – como assinalado pelos organizadores do Jornal da Educação. Esperava-se que essas ações fossem encabeçadas pelos professores, ações essas chamadas de “naturais”, visto que os professores eram, ou deveriam ser os mais interessados em construir um Brasil democrático.

EDITORIAL Nº 17

Encerrando o período de publicações do Jornal da Educação, o último editorial de número 17 –, teve como título: “**AGENTE DA HISTÓRIA**”, e foi publicado em agosto/setembro de 1986. Os organizadores do Jornal apregoavam a perspectiva de homem como “agente da história”. (PARANÁ, 1986). Dessarte, questiona-se sobre o que realmente seria um “agente da história”. Para os editores do Jornal, o “agente da história” detinha uma visão de mundo que o impulsionava a buscar a sonhada utopia de relações justas e responsáveis,

[...] é neste ponto que o desafio se torna maior, pois não existe relação justa senão for responsável; e ela só será responsável na medida em que o agente tiver consciência crítica, capacidade de análise, de enfrentamento, e coragem para buscar, na dissecação das relações sociais, as causas da injustiça e a compreensão dos rumos e das intenções nessas relações (JORNAL DA EDUCAÇÃO, ex. XVII, 1986a, p.3).

Nesse sentido, fazia-se necessário que o cidadão se compreendesse como tal e entendesse os motivos dos acontecimentos à sua volta. Os cidadãos, ou melhor, os “agentes” da história – no caso, especialmente professores e comunidade escolar – deveriam entender-se como responsáveis pelo processo de democratização escolar. Portanto, a SEED difundiu a ideia de que para se alcançar a democratizar da educação nacional, fazia-se mister que os envolvidos com a educação tomassem a consciência da necessidade de sua responsabilidade e compromisso, palavras que se constituíam no cerne dessa proposta.

Os cidadãos, ou melhor, os “agentes” da história, no caso, especialmente, professores e comunidade escolar, deveriam se entender como responsáveis nesse processo de democratização escolar, assim se mantinha o discurso da Secretaria de Estado da Educação. Retratavam que para chegar ao comum objetivo, o de democratizar a educação no País, era necessário que os “envolvidos” no processo, tomassem a consciência de responsabilidade e compromisso, palavras chave nessa proposta.

Quadro 3 - Dados gerais dos Editoriais

ANO I – Nº 1 – JUNHO DE 1983	COMUNICAÇÃO, BASE PARA A DEMOCRACIA
ANO I – Nº 2 – OUTUBRO DE 1983	O PROBLEMA É POLÍTICO
ANO 2 – Nº 3 – MARÇO/ABRIL – 1984	LIBERDADE PARA AGIR
ANO 2 – Nº 4 – MAIO/JUNHO – 1984	UMA REFORMA PARA COMUNICAR MELHOR
ANO 2 – Nº 5 – JULHO/AGOSTO DE 1984	O JORNAL CRESCE COM A PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES
ANO 2 – Nº 6 – SETEMBRO/OUTUBRO DE 1984	A OPORTUNIDADE HISTÓRICA PARA MUDAR A EDUCAÇÃO
ANO 2 – Nº 7 – NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1984	O PROFESSOR PARANAENSE NÃO PODE FICAR ÓRFÃO DE BANDEIRA DE LUTA
ANO 3 – Nº 8 – JANEIRO/FEVEREIRO DE 1985	OCUPAR OS ESPAÇOS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA
ANO 3 – Nº 9 MARÇO/ABRIL DE 1985	PREPARAR A CONSTITUINTE E DISCUTIR A DEMOCRACIA
ANO 3 – Nº 10 – MAIO/JUNHO DE 1985	A NOVA REPÚBLICA E A “EDUCAÇÃO PARA TODOS”
ANO 3 – Nº 11 – JULHO/AGOSTO DE 1985	EDUCAÇÃO PARA TODOS: COMPROMISSO INADIÁVEL DA NOVA REPÚBLICA
ANO 3 – Nº 12 SETEMBRO/OUTUBRO DE 1985	O PASSADO NÃO REQUER SAUDADE
ANO 3 – Nº 13 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1985	COMUNICAÇÃO EM FAVOR DA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA
ANO 4 – Nº 14 – JANEIRO/FEVEREIRO DE 1986	TRANSFORMAR AS ESPERANÇAS EM REALIDADE
ANO 4 – Nº 15 – MARÇO/ABRIL DE 1986	UMA ESCOLA NO RUMO DAS MUDANÇAS
ANO 4 – Nº 16 MAIO/JUNHO DE 1986	AS MUDANÇAS INTERESSAM A TODO O NOSSO POVO
ANO 4 – Nº 17 – AGOSTO/SETEMBRO DE 1986	AGENTE DA HISTÓRIA

Fonte: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho centrou-se na identificação dos assuntos que circularam em uma das várias formas da Imprensa Pedagógica oficial, em especial, o Jornal da Educação, que circulou apenas no estado do Paraná, durante um determinado período da história. De antemão ressalta-se que de modo algum se pretende esgotar a discussões acerca da temática.

Como contexto histórico, tomou-se os anos 1980, década que constitui-se em um marco para o surgimento do discurso que amparou a formulação de práticas pedagógicas, pseudo-formadoras do cidadão crítico. As estratégias utilizadas revelaram-se direcionadoras do entendimento do universo social daquele momento, remetendo-se à memória histórica, forjando vocabulários, evocando tradições para fazê-las renascer ou morrer.

Os títulos dos editoriais, assim como seus conteúdos, foram um chamamento em nome do despertar para a democracia, para a participação e envolvimento de todos os agentes escolares no sentido de se chegar a um objetivo comum. Evidencia-se a intenção, por parte dos organizadores do jornal, de formar uma nova democracia, sendo esta efetivada principalmente na rede pública escolar, por intermédio dos profissionais da educação e da comunidade escolar.

Patrocinado pelo estado do Paraná, o Jornal da Educação não pretendia ser imparcial, pelo contrário, buscou valer como uma estratégia à defesa de posições e proposições, sendo que sua forma destacava-se pelo convencimento e o sentimento de esperança que se acreditava um dia alcançar.

Ao investigar o conteúdo do Jornal, mediante o livro intitulado “*A (Re) invenção da Educação no Paraná: apropriações do discurso democrático*”, Rodrigues (2012) considera que por se tratar de um impresso, a vontade dos organizadores era de fazer deste recurso pedagógico, um veículo de convencimento do leitor, utilizando argumentos voltados à demonstração de boa vontade e esforço empenhado por todos os envolvidos em favor da transformação educacional.

Os editoriais e também artigos que circulavam no Jornal, insistiam a ideia de que “[...] cabe aos professores fazer ecoar na escola a nova proposta e, com ela, promover as condições de melhorias educacionais, na prática” (RODRIGUES, 2012, p.107). O Jornal também assinalava que os professores estavam recebendo toda a base necessária para o terem sucesso em seu trabalho, de modo que “[...] seriam as novas motivações educacionais que passariam a fazer parte da realidade” (RODRIGUES, 2012, p.108).

Nesse sentido, entende-se que o Jornal da Educação instrumentalizou o processo de democratização pretendido pela Secretaria de Educação (SEED), por meio da comunicação, fator decisivo para a conquista de um patamar democrático.

Outra intenção existente, ao se criar o jornal como canal de comunicação, foi a de que, durante sua trajetória em que contou com a colaboração dos seus leitores, o Paraná pudesse sepultar o teor mistificador presente nos conteúdos curriculares e nas estratégias educacionais, contrapondo-se às orientações tecnicistas que prevaleceram na década anterior. Havia o estímulo ao espírito crítico, à convivência democrática e, como consequência, o crescimento comunitário, um ensino verdadeiramente nacional e popular decorrente do exercício cada vez mais amplo da cidadania (RODRIGUES, 2012, p. 108).

Com base nas assertivas explicitadas, afirma-se que a compreensão da imprensa pedagógica como fonte de pesquisa repercute na própria escrita da História da Educação. Esse entendimento possibilitou o aprofundamento de conhecimentos acerca do processo de democratização o qual vivenciou o Paraná na década de 1980. Apesar de o Jornal da Educação não arrogar para si a oficialidade, na prática ele consistia em um documento oficial, o que significou um ordenamento das atividades escolares não menos diretivo do que o vivido no período militar.

À guisa de conclusão, com base em Rodrigues (2010), infere-se que “[...] a Imprensa Pedagógica divulga aspirações, concepções políticas, ideológicas, apresenta necessidades e objetivos específicos do grupo que propõe sua editoração, publicação” (RODRIGUES, 2010, p. 314). Neste sentido entende-se que por mais que a forma de imprensa pedagógica utilizada no Paraná, no período de 1983 a 1986, no caso, o Jornal da Educação, tenha sido uma fonte oficializada pelo Estado, não deve ser entendido como aquilo que de fato ocorreu naquele determinado momento da história.

Por meio da Imprensa, seja esta pedagógica ou não, o homem faz e produz história, porém, deve-se ter claro que a História é constituída pelas interpretações dos historiadores. Recorrer-se-á Chartier (1990) quando trata sobre o conceito de representação, mais especificamente na advertência que faz de que ela “[...] supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que realmente é representado” (CHARTIER, 1990, p. 20.). Dessa forma, é necessário estar atento para não tomar as representações dos acontecimentos históricos como verdadeiras realidades do que foi a experiência do homem no tempo.

De acordo com Chartier (1990), as representações são determinadas pelos interesses dos grupos que as produzem e “embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”. (CHARTIER, 1990, p.20).

Para finalizar considera-se que todo conhecimento histórico é construído a partir de vestígios, estes, se apresentam de variadas formas. Os documentos históricos não falam quando não sabemos interroga-los, por mais que estes sejam claros e precisos. O passado é uma construção constante e feita no presente!

REFERÊNCIAS

BICCAS, Maurilane. **O Impresso como estratégia de formação:** Revista do Ensino de Minas Gerais (1925 – 1940). Belo Horizonte, MG: Argmentvm. 2008. 216 p.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos.** O exemplo da França. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>>. Acesso em: 17 out. 2008.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **As revistas pedagógicas e a Atualização do professor:** a revista do ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992) In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p.47-75.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. Apresentação. In: _____. (Org.). Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p.5-10.

CHARTIER, Roger. Do código ao monitor: A trajetória do escrito. In: _____. **Estudos avançados.** Ano: 1994. Páginas: (185-199).

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: _____. **Revistas das Revistas.** Ano:1991. Páginas: (173-191).

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 2002, 145 p.

CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações.** Difusão Editorial, Algés, 2002, p. 121-139.

ERNEGA, Andréia Cristina. **Revista Maringá Ensina:** assuntos educacionais em circulação na seção Entrevista (2006-2011). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012, 32 p.

MARTINEZ, Edilene Cunha. **A Imprensa Pedagógica como Tema e Objeto para a História da Educação Paranaense:** Jornal Escola Aberta (1986 – 1988) 2009, 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.

NÓVOA, António. **A imprensa de educação e de ensino:** concepção e organização do repertório português. In: CATANI; Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). **Educação em Revista:** a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p.11-31.

OLIVEIRA, Wanessa Gorri. **A imprensa pedagógica como fonte e objeto para uma escrita da história da educação:** em destaque a Prática pedagógica sugerida ao professor de educação infantil pela Revista Criança (1996-2006). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011, 198 p.

RICHART, Rafaela. **Representação do Conceito ou Ato de Educar na Imprensa Pedagógica: Cartazes Educar para Crescer (2010)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Estadual de Maringá, Cianorte, 2011, 52 p.

RODRIGUES, A. P. C. **O conceito de Educação em circulação no Guia da Educação- Educar para crescer (2009-2011)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012, 57 p.

RODRIGUES, Elaine. A Imprensa Pedagógica como fonte, tema e objeto para a História da Educação. In: _____. **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados – MS. Ed. UFGD, 2010. p. 311-326.

RODRIGUES, Elaine. **A invenção da democracia no Paraná: 1983 a 1987**. 2002, 273f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, da Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

RODRIGUES, Elaine. **A (re) invenção da Educação no Paraná: apropriações do discurso democrático (1980 – 1990)**. 168 p. Ano: 2012. Ed. Eduem – UEM, Maringá – PR.

SILVA, Angelica Pereira da. **A Revista Criança do Professor de Educação Infantil: preliminares reflexões sobre os temas referentes ao ensino da criança-aluno (1996-2006)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Estadual de Maringá, Cianorte, 2011, 44 p.

FONTES UTILIZADAS NO ESTUDO

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 1, n.1, maio/jun., 1983.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 1, n.2, set./out., 1983.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 2, n.3, mar./abr., 1984.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 2, n.4, maio/jun., 1984.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 2, n.5, jul./ago., 1984.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 2, n.6, set./out., 1984.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 2, n.7, nov./dez., 1984.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 3, n.10, maio/jun., 1985.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 3, n.11, jul./ago., 1985.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 3, n.12, set./out., 1985.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 3, n.13, nov./dez., 1985.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 3, n.7, p.2, jul./ago.1985.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 3, n.8, jan./fev., 1985.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 3, n.9, mar./abr., 1985.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 4, n.14, jan./fev., 1986.

PARANÁ – SEED. **Jornal da Educação**, Curitiba: SEED, ano 4, n.14, mar./abr., 1986.